ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 45 — Série VII — N.º 94
18 de Dezembro de 1975

Preço: 4$00
Angola e Moçambique: 9$50

PROVISORIAMENTE
BISSEMANAL

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 76 97 05 - 76 97 44 - 76 97 51 - 77 98 28 ★ Composição e Impressão - Heska Portuguesa ★ Distribuição - Distribuidora «O SÉCULO»

Pág. 5

ANGOLA FORTALECE POSIÇÕES CAMINHANDO PARA A VITÓRIA

O «PLENÁRIO» DE RIO MAIOR E A OFENSIVA DA REACÇÃO

O chamado «II Plenário Nacional dos Agricultores», realizado no passado domingo, dia 14, em Rio Maior, ao contrário da imagem fabricada por determinada imprensa, não constituiu uma clamorosa vitória das forças reaccionárias. Em primeiro lugar porque os reais objectivos da convocação deste encontro foram neutralizados pela denúncia efectuada pelas forças progressistas, entre as quais o nosso Partido em nota da Comissão Política de 11 de Dezembro, na qual se alertava para a nova operação subversiva de grande estilo que visava a repetição das provocações de 24 de Novembro decididas naquela vila por um pretenso plenário de agricultores. Os organizadores deste II Plenário, dos documentos distribuídos, não esconderam, aliás, os seus intentos de reedição do 24 de Novembro. Em virtude da intensa vigilância popular, a ameaça contida na realização do plenário de 14 de Dezembro foi despoletada e os organizadores foram obrigados a comprometer-se com a Região Militar de Lisboa, dando prova das suas «pacíficas intensões», adiando tacticamente uma nova ofensiva em força, a qual desde já assumiu a forma de pressão sobre o Governo, concedendo-lhe o prazo de satisfação das reivindicações até 31 de Janeiro.

Por outro lado, incapazes de ultrapassarem as contradições inerentes a um processo para o qual necessitam do apoio de pequenos e médios camponeses, manipulados para uma luta em que lhes afiançam defender os seus interesses, os promotores deste plenário, foram obrigados a recuar no terreno das suas próprias exigências,concretamente, o ponto 5 da moção aprovada no Plenário e no qual se reclamava a «desocupação de todas as terras legalmente ou não ocupadas». Aí, o Secretariado Nacional dos Agricultores, justificando-se com a «inexperiência da mesa», concluiu pela não apresentação deste ponto ao Governo, salientando que o plenário havia sido manipulado por latifundiários e que esta reivindicação havia sido votada como «poderia ser votada outra coisa qualquer». Esta afirmação proferida na Conferência de Imprensa do Secretariado Nacional dá bem ideia da segurança da reacção nas manobras de manipulação e do controle cujo objecto, desde há longos meses, são largas camadas de campesinato pobre, as quais o obscurantismo vinculado pela ideologia fascista tornou vulneráveis face ao jogo da contra-revolucção.

Recuando com esta reivindicação, o Secretariado Nacional acautelou-se sobre a manutenção futura do apoio de camadas de pequenos e médios camponeses presentes no plenário, receptivos a acções que se apresentam como desenvolvidas «em seu favor» mas que não são mobilizáveis tão facilmente quando se trata, claramente, de devolver as terras aos marqueses de Rio Maior e a outros latifundiários.

No essencial, as outras reivindicações que servem de pano de fundo a esta operação comandada pela contra-revolução, resumem-se na suspensão imediata de todas as leis relativas à expropriação de prédios rústicos e ao arrendamento rural, na proibição das distribuições de pessoal efectuadas pelos sindicatos, como meio para combater o desemprego que os

(Continua na pág. 5)

VII CONGRESSO DO PARTIDO OPERÁRIO UNIFICADO POLACO

Crónica
do enviado especial de «Avante!»
Torres Rodrigues Pág. 6

I CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA

Crónica do enviado especial de «Avante!»
Fernando Correia Pág. 8

O camarada Álvaro Cunhal falando com Guilherme Garcia Fria, membro do Bureau Político do CC do PCC que o recebeu no aeroporto

Editorial

A REUNIÃO DO CC DO PCP E AS SUAS DECISÕES MARCA DE UM PARTIDO RESPONSÁVEL

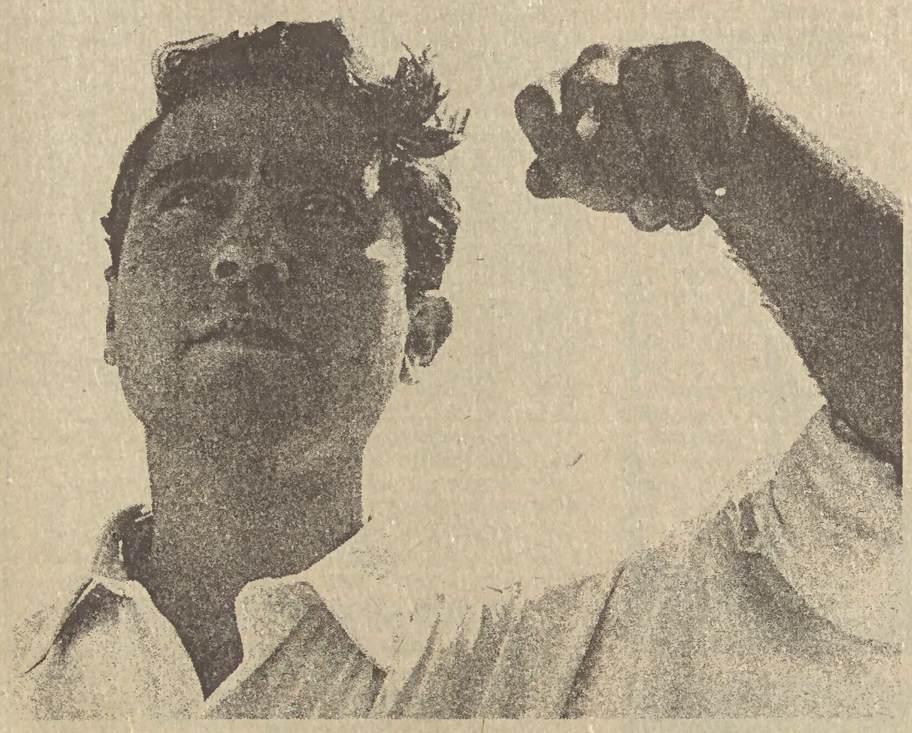
É ainda cedo para se fazer a análise dos acontecimentos que conduziram às sublevações militares de fins de Novembro e é ainda cedo para se medirem todas as suas consequências.

Entretanto o balanço de uma situação tão contraditória e complexa não pode ser feito duma maneira acabada, definitiva, nos dias que estamos vivendo. É a história que irá reunindo as peças desse balanço definitivo e o fará entrar no património de experiência da luta revolucionária do nosso povo.

Uma dessas peças será seguramente o documento saído da reunião plenária do CC do PCP, de 13 de Dezembro último. A análise parcial que aí se faz dos acontecimentos do mês de Novembro tem, contudo, a marca de classe do partido do proletariado português e tem um objectivo preciso: definir as tarefas imediatas do movimento operário e popular e do próprio Partido.

Isto quer dizer que a análise do PCP mesmo parcial tem de ser, e é, responsável; tem de basear-se rigorosamente na verdade sem roupagens; tem de ser um instrumento de luta para a classe operária portuguesa e todo o povo trabalhador de Portugal.

(Continua na pág. 2)



HÁ 14 ANOS A PIDE ASSASSINOU JOSÉ DIAS COELHO

Pág. 3

- **A quem serve o Ministério do Trabalho?** — Pag. 3
- **Ainda «O Jornal»** — Pag. 3
- **Apelo do Partido Comunista Brasileiro** — Pag. 5
- **Comício em St.ª Iria da Azóia** — Pag. 4
- **Trabalhadores da Informação em luta** — Pág. 3
- **O PDC renasce** — Pág. 2
- **Paz e concórdia: prendas de Natal?** — Pág. 3

Editorial

(Continuação da pág. 1)

A REUNIÃO DO CC DO PCP E AS SUAS DECISÕES

Muita coisa mudou nestes primeiros dias de Dezembro. A marca de um partido proletário responsável é dada pela forma como detecta e caracteriza essas mudanças e como, de acordo com elas, estabelece novas coordenadas, novas formas de organização e de luta para a defesa e a continuidade da Revolução.

O PCP é um partido profundamente enraizado nas massas. Isto significa que as suas análises, as suas consignas de organização e de luta transcendem as suas fileiras e se dirigem para as amplas massas.

É ao fogo da luta das massas populares e no transcurso dos acontecimentos do País que se tem aferido e aferirá da justeza das análises e da orientação do PCP.

///

A aliança Povo-MFA era e ainda continua a ser o esteio da Revolução democrática portuguesa rumo ao Socialismo. Na originalidade do nosso processo revolucionário a conjugação das duas componentes — a popular e a militar — tem sido e é ainda a garantia do sucesso de um certo modelo de revolução iniciado em 25 de Abril.

Cada uma das grandes conquistas da Revolução portuguesa, cada uma das grandes vitórias históricas do nosso processo revolucionário (13 de Julho e 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975) só puderam ganhar um cunho verdadeiramente popular e democrático e só puderam, em última análise, consumar-se pela acção resoluta e conjugada das duas componentes motoras da Revolução.

A componente popular na sua expressão política tinha de reflectir necessariamente as suas duas características essenciais: os partidos democráticos e as classes e nestas últimas, por excelência, as classes trabalhadoras.

O conjunto — «forças democráticas-movimento popular de massas» — resultava assim, afinal, da nossa própria realidade social objectiva.

A aliança Povo-MFA sofreu, obviamente, a evolução do processo revolucionário. O apartidarismo do movimento popular de massas e do MFA tornou-se uma condição necessária para o sucesso do modelo de Revolução encetado em 25 de Abril.

O apartidarismo não pode interpretar-se de forma estreita como uma não ingerência dos partidos democráticos na dinâmica dos dois movimentos. O apartidarismo significa o respeito pela independência e a iniciativa criadora do movimento popular de massas nas suas diversas formas de expressão e de organização e o respeito pela independência do MFA como vanguarda revolucionária das Forças Armadas, órgão específico do aparelho de Estado.

Mas os partidos democráticos, o movimento popular de massas e o MFA não são compartimentos estanques. Os partidos democráticos, em particular o partido do proletariado português — o PCP — têm responsabilidades na dinamização dos movimentos apartidários de massas e reflectem por sua vez essa dinâmica.

O apartidarismo ou, como se queira, o supra-partidarismo do MFA, como movimento revolucionário organizado das Forças Armadas, se o coloca acima ou à margem dos partidos — o que é uma concepção um pouco teórica — não o coloca, porém, à margem ou acima das classes.

A história dos conflitos internos do MFA, que tiveram a sua expressão mais aguda e dramática nos acontecimentos de fins de Novembro, não é mais que o reflexo do agravamento da luta política e de classes no seio das Forças Armadas.

///

Justamente, o documento do CC do PCP, de 13 último, refere os diversos terrenos de antagonismo político e de classes que se travou no MFA e nas Forças Armadas e que envolvia toda a sociedade portuguesa:

«Os conflitos abrangiam a luta entre sectores do MFA, entre as forças da reacção e as forças democráticas; entre a perspectiva social-democrata e a perspectiva socialista; entre a perspectiva da dependência do imperialismo e a verdadeira independência nacional; entre os partidários consequentes do processo de descolonização e aqueles que se opunham à autêntica independência de Angola, sob a direcção do MPLA; entre o movimento operário e popular em expansão e uma vasta aliança de forças sociais e políticas conservadoras e reaccionárias.»

É por isso que a derrota das sublevações militares de esquerda e o próprio facto do confronto violento entre sectores opostos no seio do MFA e das Forças Armadas representam um enfraquecimento das forças revolucionárias no seu conjunto e um avanço das forças reaccionárias e conservadoras. E este é um dado essencial na avaliação da actual correlação de forças.

///

A derrota e desarticulação da esquerda militar e as medidas repressivas que se lhe seguiram modificaram sensivelmente a situação política portuguesa.

Na peugada das actividades divisionistas e do anticomunismo dos dirigentes do PS e dos sectores do MFA em luta contra a esquerda, vê-se crescer a ameaça da contra-revolução e os perigos do fascismo.

O enfraquecimento das forças revolucionárias diminui as barreiras de resistência à ofensiva das forças da reacção e do conservantismo e cria, consequentemente, condições para o avanço da contra-revolução. O CC do PCP alerta para os caminhos por onde se podem concretizar os perigos do fascismo.

Podem, por exemplo, concretizar-se pela conquista progressiva de posições pela direita reaccionária até à obtenção das condições necessárias para a liquidação «legal» da democracia e a imposição de um regime ditatorial; ou pelo desenvolvimento de provocações e acções terroristas do ELP, do MDLP e de iniciativas contra-revolucionárias como as de Rio Maior, ou através de um golpe militar logo que a contra-revolução considere ter forças para tal.

Mas a concretização dos perigos do fascismo não seria uma passeata fácil ou mesmo destinada a ser coroada de êxitos. As forças militares e populares que estão com a democracia e o socialismo continuam a ser poderosas e podem barrar o caminho ao fascismo desde que medidas imediatas e audaciosas sejam encaradas para conjurar a crise.

///

Com o sentido de responsabilidade que se exige de um verdadeiro órgão dirigente de um partido proletário, o CC do PCP preconiza a redefinição dos objectivos imediatos, de acordo com as modificações da situação, o exame do ritmo e formas de desenvolvimento do processo, um esforço de defesa e consolidação da revolução, uma reconsideração do sistema de alianças conjunturais, a médio e a longo prazo.

Em particular, o CC do PCP insiste na busca de uma solução política global para a crise — uma crise global também — pela qual se tem batido desde a formação do V Governo Provisório. As sublevações de fins de Novembro, arrastando a uma confrontação violenta forças que estavam com o processo revolucionário, comprovam a justeza das propostas de solução do PCP, justeza da sua análise e advertências quanto aos perigos que ameaçam a revolução portuguesa.

A questão de uma eventual remodelação do Governo está a sofrer com a falta de consideração em conjunto da crise político-militar.

A forma como foram cumpridas as obrigações acordadas quando da formação do VI Governo é uma experiência que não pode nem deve repetir-se.

A plataforma programática não foi cumprida nos seus aspectos essenciais, a distribuição de postos no governo atribuídos ao PCP não foi igualmente cumprida. Se aqueles que falseiam os seus próprios compromissos impelindo para uma viragem à direita a política governamental pretendem obter o aval do PCP é evidente que estão a enganar-se a si próprios. O PCP está na disposição de participar nas responsabilidades do governo de acordo com os compromissos assumidos. A plataforma do VI Governo preconizava medidas contra a escalada do fascismo e os saneamentos à esquerda, a defesa das liberdades e das conquistas da revolução, designadamente na política de nacionalizações, da Reforma Agrária, de uma informação livre, responsável e democrática. Foi a falta de cumprimento do acordado que justificou as reservas do PCP quanto ao VI Governo Provisório e que manifesta agora perante uma eventual remodelação ou reajustamentos governamentais.

///

O documento do Comité Central do PCP contém importante matéria de estudo e reflexão para todos os trabalhadores e portugueses progressistas. As formas de acção e de organização popular, a política de unidade e de alianças, a formação de uma larga frente antifascista, a luta de massas contra o congelamento de salários e a alta do custo de vida, contra a recuperação pelo patronato de empresas nacionalizadas ou com intervenção estatal geridas pelos trabalhadores, contra as tentativas dos agrários de recuperação dos latifúndios, contra os saneamentos à esquerda e a perseguição aos trabalhadores progressistas, são alguns dos objectivos que se impõem à classe operária e às massas trabalhadoras em geral.

Com o reforço do trabalho geral do Partido, da sua unidade monolítica, da elevação do nível do seu trabalho ideológico como forma de enfrentar e vencer o verbalismo e o aventureirismo dos grupelhos pseudo-revolucionários, que tanto dano já causaram à revolução portuguesa, o PCP estará cada vez mais à altura das suas responsabilidades e da confiança que nele depositam as classes trabalhadoras.

O CC DO PC BRASILEIRO APELA PARA A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

A solidariedade internacional constituiu um poderoso estímulo na luta contra o fascismo que no Brasil já ceifou centenas de vidas e na batalha sem tréguas contra todos os regimes de opressão

Onde existe opressão, onde a ditadura procura sufocar os direitos humanos, os comunistas encontram-se na primeira linha de luta pela libertação popular. O presente apelo à solidariedade internacional, realizado pelo Partido Comunista Brasileiro, é simultaneamente um eloquente testemunho do combate dos comunistas e de outros democratas, combate jamais impedido por maior que seja a repressão que se abate sobre as forças revolucionárias:

A ditadura militar-fascista, dominante no Brasil, intensifica seus crimes contra o povo.

Desesperadamente com a resistência crescente dos patriotas e democratas, acossada pela crise económica, social e política que abala o país, a ditadura utiliza a bandeira do anticomunismo desvairado para tentar impedir a unidade das forças antifascistas e sufocar as contradições internas que a dividem. Para continuar sua política esfomeadora do povo e entregar o petróleo aos monopólios internacionais, como já o fizera antes com os minerais atómicos e outros sectores essenciais da economia nacional, a ditadura lança-se violentamente contra o Partido Comunista Brasileiro, assassina seus dirigentes e militantes, tortura e mata operários, estudantes, jornalistas e membros do Movimento Democrático Brasileiro, único partido de oposição tolerado por lei.

Com o terror e a histeria anticomunista, prepara, na verdade, o caminho para novas e maiores restrições à actividade política das forças populares e patrióticas que resistem à tirania e à política antinacional do regime.

Posta de lado a máscara de paladino de uma suposta «abertura democrática» com que pretendeu, nos primeiros meses de governo, enganar o povo, o ditador Ernesto Geisel passa ao terreno das ameaças e assume o comando directo da repressão fascista. Põe em prática, no Brasil, a política anticomunista defendida pelo Pentágono, pela CIA, assim como pelos representantes de Pinochet e outros ditadores da América Latina na recente XI Conferência dos Exércitos Americanos. O ditador Geisel é, assim, o principal responsável pelos crimes que se sucedem nos locais de tortura das diversas organizações policiais e militares, em todo o país.

Nos 20 meses de seu governo já prendeu e torturou a milhares de patriotas. Entre muitos outros, foram assassinados os membros do Comité Central do Partido Comunista Brasileiro: David Capistrano da Costa, João Massena Melo, Walter Ribeiro, Luís Ignácio Maranhão Filho, Elson Costa, Jaime Amorim Miranda, Hiran Lima e Itair Veloso, todos sequestrados e sobre o destino dos quais nega-se a ditadura a fornecer qualquer informação. Foram igualmente assassinados nos últimos meses, o coronel Maximiliano Andrade Neto e o tenente José Ferreira de Almeida, assim como o jornalista Vladimir Herzog.

Em Outubro último foram sequestrados e continuam desaparecidos, ameaçados portanto de assassinato, Orlando Bonfim Junior, advogado, jornalista e membro do Comité Central do Partido Comunista Brasileiro, e Sebastião Vitorino, membro também do Comité Central do PCB.

Foram presos ainda nesse mês, entre centenas de outros, os seguintes democratas e patriotas, cujas vidas correm perigo em virtude do ódio que o regime fascista lhes vota: Afonso Celso Nogueira, ex-deputado estadual pelo Partido Socialista no Estado do Rio-de-Janeiro; José Montenegro de Lima, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes Técnicos, encarregado nacional da organização da Juventude Comunista Brasileira, junto ao Comité Central do PCB; Jayme Rodrigues Estrela Junior, ex-presidente do Centro de Estudantes de Santos, membro da Comissão Juvenil do Comité Central do PCB; Miguel Urbano Filho, estudante, filho do jornalista Miguel Urbano Rodrigues, António Bernardino dos Santos, l der por ário, membro do Comité Estadual de São Paulo do PCB; Emílio Bonfante Boiteux de Maria, comandante da Marinha Mercante brasileira, líder sindical da categoria; José Constantino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Caetano, São Paulo; José Ferreira, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Caetano, São Paulo; Aldo Pedro Dietrich, advogado trabalhista do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, Santa Catarina; David Capistrano Filho, médico e conhecido líder estudantil. Sendo que os três primeiros estão «desaparecidos», o que indica a intenção da ditadura de assassiná-los.

Mas o terror fascista que ora se abate sobre o Brasil não tem conseguido calar e deter os protestos e as lutas do povo e dos comunistas contra o regime que impõe a fome à maioria da população e submete o país aos monopólios imperialistas. A oposição do povo ao regime, já manifestada claramente nas eleições do ano passado, expressa-se agora em novo nível, na indignação e revolta que marcaram os protestos de âmbito nacional contra os novos crimes da ditadura. O povo brasileiro, pela voz dos sindicatos e dos estudantes, da imprensa e das três principais Igrejas do país — Católica, Protestante e Judaica — dos intelectuais e das forças e personalidades políticas, ergueu um vigoroso protesto contra a tortura e o assassínio políticos praticados em massa pelo regime, e sua voz repercutiu profundamente no Parlamento, no Judiciário e nas próprias Forças Armadas.

O Partido Comunista Brasileiro, que nos últimos dois anos sofreu profundos golpes da ditadura, conclama os partidos irmãos de todo o mundo, os Governos socialistas e democratas, os Parlamentos democráticos, os Tribunais, as organizações internacionais e nacionais da classe operária, as Igrejas, as forças que lutam contra o fascismo, pela paz, pela democracia, pela libertação nacional e pelo socialismo — a aumentarem a sua já valiosa denúncia dos crimes da ditadura fascista no Brasil, a desenvolverem ainda mais a sua solidariedade ao nosso povo e aos que se encontram presos e torturados, às famílias dos assassinados. O fascismo no Brasil pode e será detido pelas lutas de nosso povo e pela solidariedade internacional.

Novembro de 1975.

O Comité Central do
Partido Comunista Brasileiro

MAIS UM FASCISTA EM LIBERDADE

Tenreiro fugiu. Uma fuga rodeada de estranhas circustâncias. Uma fuga que alerta, mais uma vez, para a urgente necessidade de decidido combate às actividades contra-revolucionárias.

Um lacónico comunicado do EMGFA relata as circunstâncias em que oficiosamente se admite tenha decorrido a fuga de Henrique Tenreiro. «Devido ao seu precário estado de saúde — afirma-se — clinicamente confirmado, foi autorizado o internamento em clínica particular do contra-almirante Henrique dos Santos Tenreiro, que se encontrava detido, aguardando julgamento, no forte de Caxias. Ao sair da prisão para a clínica durante a noite de 12 do corrente, passou pela residência onde teve nova crise que interrompeu, a conselho médico, a continuação da transferência. Essa oportunidade foi aproveitada pelo detido para se pôr em fuga».

Os termos do comunicado não podem deixar de apontar para uma fuga recheada de conivências. É o mínimo que se pode dizer, e que não escapará ao mais desatento observador. Um doente exigir internamento hospitalar. Um doente que a caminho da clínica passa por casa (!), onde tem uma nova crise que o impede de seguir o seu percurso para a tal clínica. Um doente que nestas circunstâncias se lança na aventura de uma fuga, com consequente vida clandestina ou travessia de fronteira (pelo menos seria esta a consequência lógica).

Um doente, em tão grave estado, e que encontra em si forças capazes para se esquivar aos elementos das forças de ordem que em princípio deveriam estar encarregues da sua vigilância. Um tal doente não pertence ao mundo da realidade, mas ao mundo fictício e deformado das péssimas historietas americanas de super-homens, em que «heróis» semimortos em cenas de violência, logram escapar-se, nunca se sabe como, das mãos dos seus agressores.

Querer transpor para a realidade o conteúdo de tais farsas não pode enganar ninguém. O querer impo-las ao nível da realidade, em vez de o fazer ao nível da ficção, torna-as ainda mais inverosímeis.

Os comunistas não pretendem, como é óbvio, qualquer forma de vingança, pelo tratamento a que foram sujeitos por forças que Tenreiro muito bem representa. Não desejam nem reclamam para os seus inimigos, para os inimigos do povo português, a sanha repressiva que outrora se abateu sobre eles. Isso é uma coisa. Outra é a libertação de facto, de mão beijada (revista-se de que forma se revestiu, seja ou não voluntária), dos que outrora foram exploradores e verdugos das massas trabalhadoras portuguesas.

O caso da fuga de Tenreiro não é inédito. Coroa muitos outros casos de fugas igualmente estranhas. Mas Tenreiro é uma figura muito especial. Os elementos que fugiram de prisões com malhas generosamente abertas, mais não eram do que elementos ao serviço de gente como Henrique Tenreiro. Como grande monopolista, um dos que mais se destacou na exploração dos trabalhadores, pelo seu feroz anticomunismo, por constituir pilar, sem máscara, do fascismo — Henrique Tenreiro, profundamente odiado pelas massas populares em Portugal, é bem o símbolo de um regime derrubado, um regime cuja base de sobrevivência foi o crime, e que, pelo crime, se esforça e esforçará por retornar à nossa terra.

A fuga de Tenreiro, nada tem a ver com o humanismo ou a generosidade revolucionária. Não só porque jamais se poderão apodar de revolucionários actos de negligência (chamemos-lhe assim) que facultam a liberdade aos que ontem a estrangularam para todo um povo, e hoje o voltarão a fazer, se tal lhe for permitido. Mas também porque a realidade do momento que vivemos põe uma nota de gritante contraste, entre a dureza do tratamento infligido a militares verdadeiramente revolucionários, verdadeiramente empenhados na construção do socialismo em Portugal, hoje presos e apodados de contra-revolucionários, e os cuidados, as atenções, o desleixo na segurança, que rodeiam os mesmos que o 25 de Abril se propôs afastar em definitivo da cena política portuguesa.

E isto passa-se quando é maior o perigo do fascismo, quando, na sequência de uma derrota da esquerda nas Forças Armadas, a direita se lança à conquista de posições. Quando gente hoje indevidamente coroada dos louros de herói declara ainda não estar satisfeita com os resultados entretanto alcançados — a vaga de saneamentos à esquerda, a nível militar e civil, a promulgação de medidas preocupantemente lesivas dos interesses dos trabalhadores.

Como um dos expoentes do fascismo, Henrique Tenreiro vai engrossar e ter lugar de destaque entre as forças reaccionárias que conspiram contra a revolução portuguesa.

Como foi sublinhado no documento elaborado na reunião do Comité Central do Partido Comunista Português, o problema político mais grave do momento é o perigo da contra-revolução. Uma contra-revolução que adopta tácticas várias, ensaia caminhos diversos: o esmagamento lento de todo o conteúdo revolucionário do processo de libertação do povo português, a conquista gradual de posições, os actos terroristas do MDLP/ELP, a actuação política de direita, que se auto-denomina democrática, como a do CDS e do PPD, ou a que se disfarça de «ultra-esquerda», como a do MRPP ou da AOC.

A libertação, ou as fugas, de gente profundamente comprometida com o fascismo, mais não é — de facto — que nova acha lançada à fogueira que se pretende atear em Portugal.

Se são grandes as ameaças da direita, insubstimável o perigo fascista, continuam a ser imensas as potencialidades e a força do movimento popular de massas. A consciência do perigo fascista por elementos mais hesitantes, ou empurrados para posições pouco revolucionárias por actuação sectária de sectores da esquerda — é um elemento que pesa na possibilidade de superação da crise actual, na barreira que impedirá o avanço das forças da reacção.

Mas para isso impõe-se também o combate decidido às actividades contra-revolucionárias. Impõe-se que se ponha cobro a outras fugas de outros Tenreiros.

edições Avante!
RECOMENDAM
NO NATAL OFERECE LIVROS

FESTA COMÍCIO
DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA
pavilhão dos desportos
19, dez. 75
sexta feira
21 h.
solidariedade com os trabalhadores dos campos
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
organismo dos bancários
organismo de seguros

O QUE SABE SOBRE A URSS?

Para promover entre os alunos da Escola do Magistério Primário um melhor conhecimento da vida soviética, a NOVOSTI estabelece de *1 de Outubro a 31 de Janeiro* (o prazo inicial foi alargado devido ao pedido de um grande número de alunos), aberta a todos os alunos daquelas escolas, uma iniciativa a que chamamos

«O QUE SABE SOBRE A URSS?»

Esta iniciativa, muito semelhante aos métodos utilizados nos estabelecimentos de ensino soviéticos para divulgação da vida de diversos países, consistirá,

— Para todas as escolas do Magistério Primário será enviada uma biblioteca básica sobre a URSS.

— Os alunos das escolas do Magistério Primário interessados nestas iniciativas poderão consultar as bibliotecas básicas e elaborar um trabalho, quer sobre um aspecto específico, quer sobre a vida na União Soviética.

— Na sua aldeia natal, na sua Associação, perante um grupo de amigos os alunos experimentarão divulgar o seu trabalho.

— Para a Agência de Imprensa NOVOSTI, além de um exemplar do seu trabalho, os alunos da escola do Magistério Primário enviarão também os seu relatórios pedagógicos sobre as dificuldades na divulgação do seu trabalho, as principais dúvidas que lhes forem levantadas e como lhes responderam.

— A experiência colectiva aqui desenvolvida será debatida pelos estudantes com melhores trabalhos num seminário promovido em conjunto pela Associação PORTUGAL/URSS e pela Agência Novosti.

— A todos os estudantes que nela participarem serão oferecidas publicações da NOVOSTI, discos, slides, livros e outras ofertas do povo soviético.

— Pelo menos um dos estudantes será convidado a visitar uma escola pedagógica da URSS e a conhecer intimamente o sistema de ensino soviético.

PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO CENTRAL DE MOSCOVO PARA PORTUGAL

19.00-20.00	31 e 41 m.
20.30-21.00	31, 41 e 49 m.
22.00-22.30	31 e 41 m.

AINDA «O JORNAL»

Como é evidente, «Avante!» não entra em polémicas. Contudo, pela impertinência do tom e pela auto-suficiência com que algumas afirmações são feitas, a nota de «O Jornal» àcerca do artigo publicado no número 89 de «Avante!» merecé alguns comentários.

O artigo publicado no «Avante!» acerca da edição de «O Jornal» saída logo após o levantamento do estado de sítio apontava dois aspectos essenciais: os jornalistas daquele semanário «historiavam» os acontecimentos do 25 de Novembro de forma informativamente viciada e — o que era mais grave — desenvolvendo informações e deduções que assumiam concretamente o aspecto de denúncias; segundo, «O Jornal» alinhava completamente na tradicional campanha (largamente versada pelos pasquins reaccionários portugueses) das «análises» sobre as «tendências» no seio do PCP.

«O Jornal» manifesta-se muito abespinhado com estas afirmações, debita impertinências acerca da Redacção do «Avante!» e declara que nada mais fez além de respeitar a sua concepção de liberdade de imprensa e os interesses de quem o subsidia e que, segundo afirma, são os leitores. Este tipo de comportamento jornalístico é — ainda segundo «O Jornal» — o característico dos verdadeiros jornalistas ao número dos quais os autores do semanário pertenceriam, em oposição aos «funcionários de redacção» (sic) de «órgãos partidários dificilmente isentos» (sic).

Em primeiro lugar, cabe perguntar aos tão convencidos jornalistas de «O Jornal» se ao fazerem as «relacionações» e «dissecações» que presidiram aos textos sobre o 25 de Novembro não se aperceberam de que se assistia a uma poderosa ofensiva das forças de direita, se não se aperceberam que o processo revolucionário português estava em grave perigo, se não se aperceberam que as forças de direita aproveitavam a situação para desencadearem um ofensiva repressiva de grande envergadura. Se se tivessem apercebido, teriam compreendido que, na situação perturbada que se vivia, apontar nomes, indicar situações, especular implicações muito pouco poderia esclarecer o povo português, mas muito útil seria — como aliás foi — a quem procurava e procura desarticular as defesas da Revolução e das conquistas populares. Curiosa concepção essa de «esclarecimento do público» que esquece apontar os perigos que esse público corre, os perigos que pendem sobre todo um povo, para preferir o dado especulativo que apenas serve a repressão.

Quanto às «análises e dissecações da conduta de qualquer partido político» que parece ser o eufemismo com o qual o semanário explica as suas presumidas especulações sobre o nosso Partido, trata-se afinal de uma questão semelhante.

A luta pela unidade das forças democráticas, das forças progressistas é uma necessidade da luta pela vitória do processo revolucionário; a luta pela desunião dessas forças é um objectivo essencial das forças da reacção. Grandes frutos têm dado em Portugal as actividades divisionistas entre as forças progressistas e frutos que o povo português tem pago. Lamentam as forças de direita empenhadas no desmantelar da unidade não conseguirem quebrar a unidade, a coesão e a firmeza do PCP: à falta de factos, «analisam», «dissecam» — inventam.

É a presunção de quem faz do jornalismo uma realidade fora da luta de classes, é a auto-suficiência de quem pensa tudo poder «analisar» e «dissecar», é também o consciente ou inconsciente alinhamento com a ideologia e as práticas da reacção que conduzem profissionais que tanto se empertigam a participar em campanhas, em manobras como essas, longe de se aterem à verdade dos interesses do povo, à objectividade da luta revolucionária.

Do alto de uma aristocratice balofa, «O Jornal» elogia os seus jornalistas e insulta o colectivo da Redacção do «Avante!». Supremo insulto, trata-os de «funcionários da redacção»...de um «jornal dificilmente isento».

Existem efectivamente diferenças. O «Avante!» não é isento: o «Avante!» tomou, toma e tomará partido. O «Avante!» não olha a luta de classes com «isenção», não olha o processo revolucionário com «isenção», não «se isenta» nas batalhas que se travam: bem pelo contrário, está de um dos lados da barricada, toma partido, participa na luta. «Avante!» não é «isento» face aos exploradores: está definitivamente do lado dos explorados.

Se «O Jornal» é isento ficamos a saber que, pelo menos, não está firmemente deste lado da trincheira.

Quanto aos «funcionários», se isso significa dependência, se isso significa disciplina, se isso significa esforço — então saibam os infelizes trovadores do jornalismo olímpico com fábulas de independência sobre as tibiezas de quem não toma partido que isso será para nós um título de honra.

«Avante!» troca orgulhosamente a vacuidade das «inter-relacionações» sem partido, a irresponsabilidade de «análises» presunçosas, a ignorância de «dissecações» auto-suficientes pela tarefa de escrever a voz da classe operária, de ser integralmente o órgão do Partido dos trabalhadores. Os que nele trabalham não desdenham ser *funcionários,* ao lado de tantos outros que não falaram de «jornalismo» mas fizeram do «Avante!» o jornal da resistência e da vitória, que tinham outras profissões mas, porque tomaram firmemente partido pela luta e pela liberdade, honraram e cumpriram aquela que «O Jornal» defende como uma bengala para a irresponsabilidade e uma desculpa para a indecisão.

Não é com «dissecações», «análises» e «inter-relacionações» defendidas por neutralidades obtusas que os jornalistas são livres: é sim tomando decididamente partido na luta pela liberdade ao lado de quem a trava e a ela se entrega. Isso têm feito centenas de jornalistas portugueses que preferem o trabalho ao lado de quem luta às torres de marfim dos «analistas» independentes.

Finalmente, afirma «O Jornal» que «quem não deve não teme» e interroga-se sobre se o «Avante!» e a sua Redacção devem e temem. Temos a informar quem tal possa interessar que efectivamente devemos: devemos a mais leal obediência aos interesses da classe operária e do seu Partido de vanguarda, devemos a mais integral fidelidade aos interesses das classes trabalhadoras e do povo português, devemos o mais firme respeito pelos princípios do internacionalismo proletário, da luta dos povos pela paz, pela liberdade e pelo progresso. Quem tal deve, não teme.

O PDC RENASCE

Implicado com o 11 de Março, o PDC reaparece após o 25 de Novembro. Significativo

O moribundo PDC (Partido da Democracia Cristã) voltou à cena política. Não porque outros comparsas seus não se tenham entretanto desempenhado devidamente do papel que também lhe competia. Mas porque sente hoje o terreno mais sólido. Porque importa à direita multiplicar as suas organizações, as suas possibilidades de intervenção, a sua capacidade operativa.

O PDC voltou à vida. Tinha sofrido um golpe quase mortal quando, no 11 de Março, o seu secretário, Sanches Osório, se pôs em fuga por nítida implicação nessa tentativa de golpe reaccionário. Então, o 11 de Março saldou-se numa grande vitória das forças consequentemente revolucionárias. Inicio -se um processo fundamental dentro da revolução portuguesa — a destruição de estruturas económicas capitalistas. Pela primeira vez, foram atingidos monopólios e latifúndios, foram atingidas as bases económicas do fascismo, o capital e alguns dos seus expoentes mais notórios, os arruaceiros que agem sob a direcção dos centros da reacção.

O momento era pouco oportuno para as forças da direita. O PDC tentou ilibar-se das actividades subversivas do seu secre ário geral. Mas era difícil furtar-se por completo à acusação que logicamente não podia deixar de pender sobre todo o partido.

O 25 de Novembro deu coragem ao PDC para voltar a aparecer. Numa curva apertada do processo revolucionário, o PDC renasce. Com as devidas cautelas, com a aceitação do pedido de demissão de Sanches Osório do cargo de secretário-geral, num congresso realizado em Leiria no passado fim-de-sema a. Mas renasce.

Nem só para a vida do PDC, o 11 de Março e o 25 de Novembro constituiram datas marcantes. O 11 de Março e o 25 de Novembro, são momentos particularmente significa ' os do processo revolucionário português. Momentos determinantes. A situação do PDC em ambas as datas, diz-nos do significado dos acontecimentos vividos, dos avanços e recuos das forças da direita, dos avanços e recuos das forças revolucionárias. Um jogo de forças, extremamente tenso, em que está em causa o futuro de um povo, a evolução mundial das forças progressistas. Ba alhas qu e se inserem na grandiosa luta que contrapõe os defensores dos interesses do capital e o impulso revolucionário das massas. De que as forças progressistas saberão sair vitoriosas.

Os 200 (duzentos!) congressistas reunidos num hotel de Leiria admitiram que deve ser alterada a designação do seu partido. O argumento é estritamente legalista — o acordo com os princípios estabelecidos na nova Constituição Portuguesa, em elaboração. O cuidado do PDC com a legalidade democrática... nem sempre demonstrado!

De qualquer forma a alteração de nome do PDC, retira-lhe a possibilidade de continuar a apresentar-se, falsamente, como representante de uma grande parte do povo português, que foi e continua a ser católica. Uma grande parte do povo português, que não é reaccionária, que não subscreve os princípios defendidos pelo PDC, e muito menos as suas intenções ocultas, que nunca poderia ser representada por um partido ao serviço do capital. Uma grande parte da população portuguesa, constituída no fundamental por trabalhadores que para além de todas as divergências de opinião, têm uma grande causa a defender.

A PIDE ASSASSINOU JOSÉ DIAS COELHO

Avante! — Órgão Central do Partido Comunista Português

JOAQUIM PIRES JORGE, OCTÁVIO PATO, AMÉRICO DE SOUSA, CARLOS COSTA e outros militantes do Partido FORAM PRESOS!

A LIBERTAÇÃO DE GOA — Salazar e os imperialistas derrotados!

REPATRIAMENTO dos prisioneiros!

Salvemo-los!

Quem são os dirigentes do Partido agora presos

A PIDE assassinou JOSÉ DIAS COELHO

RESISTAMOS UNIDOS às perseguições e ao terror!

A MILITARIZAÇÃO DA ECONO

O assassinato de J. Dias Coelho

Os assassinos

OUÇA A RÁDIO!

OS MONOPÓLIOS AJUDAM-SE A SI PRÓPRIOS

APELO

No dia 19 de Dezembro foi assassinado a tiro pela PIDE na rua dos Lusíadas em Alcântara o camarada *José Dias Coelho,* de 38 anos de idade, membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português.

O crime foi cometido por uma brigada de 5 agentes da PIDE que saindo de um automóvel o assaltaram em plena rua, disparando dois tiros contra o nosso camarada, que não tinha consigo qualquer arma. Um tiro à queima-roupa, em pleno peito, deitou-o por terra e outro foi disparado com ele já no chão.

Isto passou-se acerca das 8 horas da noite. Precipitadamente, os assassinos meteram o nosso camarada no automóvel e só *duas horas depois* o foram entregar, já a expirar, no Hospital da CUF.

Que fizeram os bandidos da PIDE a este homem moribundo, nas duas horas em que o tiveram em seu poder?

Sabemos que o nosso camarada ao chegar ao Hospital, tinha somente um bilhete de indentidade consigo. Desaparecera a carteira, com 20 000$00, o retrato da filha, a própria aliança.

Depois do crime, cometido friamente, os assassinos da PIDE tiveram a crueldade de deixar sem socorros médicos durante duas horas um homem gravemente ferido, que eles não sabiam se se poderia salvar e não hesitaram em roubá-lo.

Era intuito dos criminosos esconderem a identidade do nosso camarada, para evitarem os protestos da família e dos amigos e a indignação do nosso povo por mais este crime, enterrando-o sob uma falsa identidade. Isto porque José António D as Coelho era um conhecido escultor, com muito prestígio no meio artístico e intelectual. E o seu assassinato levantou nestes meios e em todo o povo trabalhador a mais viva repulsa e protesto.

Ainda muito jovem, José Dias Coelho aderiu à Frente Académica Antifascista e mais tarde, já aluno de Belas Artes, fez parte do MUD Juvenil, tendo participado em várias lutas académicas, nomeadamente no movimento de protesto contra a demissão dos professores das várias Faculdades, que culminou com a luta contra as forças repressivas na Faculdade de Medicina, em 1947.

Foi um dos dirigentes das lutas da sua Escola pela Associação Académica, das lutas em defesa da Paz e contra a reunião do Pacto do Atlântico em Lisboa em 1952, pelo que foi expulso da Escola Superior de Belas Artes, proibido de ingressar em qualquer outra Faculdade do país, e demitido do seu lugar de professor do Ensino Técnico.

Ele poderia ter sido um bom escultor, pois era um artista cheio de sensibilidade e talento, mas nunca quis dissociar a sua vida de homem, os deveres que lhe impunham os seus elevados ideais, da sua actividade de artista. Por isso sacrificou à sua coerência de vida a carreira artística e ingressou no quadro de funcionários do Partido Comunista, onde melhor poderia lutar pela libertação do nosso povo da tirania fascista. Membro do Partido há muitos anos, durante os sete anos de clandestinidade, José Dias Coelho entregou-se totalmente ao trabalho do Partido, com uma dedicada abnegação que levou até ao sacrifício da própria vida.

Como Dias Coelho escreveu ao recordar a memoria de Maria Helena Magro, falecida na clandestinidade, nós repetimos a seu respeito:

«Não te dizemos adeus, camarada!
As tuas mãos cerradas vão com as nossas mãos cerradas.
A tua voz vai com as nossas vozes cantar mais alto a liberdade do nosso Povo e, sob a bandeira do nosso Partido, os teus olhos hão-de olhar com os nossos olhos, o Portugal feliz que não reviveste.»

OS ASSASSINOS

Dos 5 agentes da brigada da Pide que, na noite de 19 de Dezembro abateram a tiro o camarada Dias Coelho, só dois se indentificaram: o assassino, agente *Manuel Lavado,* morador na Estrada da Damaia, 43, r-c D.°, e o agente n.° 396, *Pedro Ferreira.*

Tudo leva a crer que esta brigada era chefiada por *José Gonçalves,* conhecido criminoso da Pide e assassino confesso do camarada *Alex,* em 1945.

Estes criminosos, como tantos outros que mantêm pelo terror e o crime a tirania salazarista não ficarão impunes. Um dia virá em que a justiça popular os alcançará lá onde eles estiverem!

PAZ E CONCÓRDIA: PRENDAS DE NATAL?

A Revolução não se compadece com actos rotineiros e de tradição remota. A amnistia do Natal deveria ser também um acto revolucionário

«São amnistiados os crimes meramente culposos contra a propriedade.» É a linguagem e o estilo de um sistema económico, o de sociedade capitalista, que vem envolto nestas palavras natalícias das amnistias bem conhecidas de outros tempos. São palavras do VI Governo Provisório, que considera a quadra do Natal «tradicionalmente consagrada à paz e à concórdia».

Depois, vem a lista dos crimes abrangidos: «transgressões ao Código da Estrada», «difamação e injúria», ainda que cometidos pela Imprensa, e os artigos do Código Penal que contemplam transgressões, crimes, infracções e contravenções de outro tipo.

Tudo *sem deixar de tomar em conta o aumento da criminalidade e clima de violência vivido até aos acontecimentos de 25 de Novembro último,* como dispõe o Conselho de Ministros, decretando amnistia e perdão de Natal.

A generosidade do VI Governo não oferece dúvidas. A lista dos crimes abrangidos é folgada até ao 25 de Novembro, pois até essa data muitos foram, pelos vistos, crimes e contravenções «em clima de violência».

Se estas 4 palavras e a referência ao 25 de Novembro parecem remeter para um «clima» político, porque é que os «crimes políticos» não são abrangidos? Ficaria a ideia, a quem aprofunde um pouco, que «crimes políticos» seriam também para o Conselho de Ministros os cometidos pela PIDE. E como esses não poderiam ser amnistiados, sem grande perigo e tumulto, o decreto limita-se aos já apontados crimes do Código Civil, figurando, entre eles, ou melhor, à cabeça, os *meramente culposos contra a propriedade.*

Perfeito, e isso «porque os benefícios concedidos não abrangem as infracções, quando a respectiva instrução ou julgamento sejam da competência do foro militar». E o foro militar não decretou até agora amnistia, que se saiba.

As amnistias são, sem que entremos em minúcias, uma prova de generosidade. Mas cremos, salvo melhor opinião, que a generosidade da Revolução Portuguesa não precisa do Natal para se revelar, não com a demagogia dos crimes contra a propriedade e outros de menor vulto, mas com a firmeza e a determinação generosas dos verdadeiros revolucionários, que sabem definir o inimigo verdadeiro e contra ele unir forças e vontades.

A Revolução talvez até tenha sido excessivamente generosa «até aos acontecimentos de 25 de Novembro último». Generosa para os seus verdadeiros inimigos, para aqueles que foram e continuam a ser para ela uma ameaça real, uma arma apontada ao peito e pronta a disparar a todo o momento. Para esses tem sido generosa a Revolução, sem precisar de amnistias e de quadras natalícias.

Nada temos contra a generosidade e o perdão de crimes que, muitas vezes, são o resultado de uma sociedade que para eles apela, pondo a honradez e a hones idade ao nível do fracasso e da incompetência. Mas isso são contos largos da propriedade privada que não vamos abordar aqui.

Fazendo da entrega total, da verdadeira generosidade, um lema constante da nossa luta, não temos que receber lições sobre isso na escola de ninguém. Só nos parece que é de todo absurdo nomear uma data (o 25 de Novembro) quando se fala «no intuito de contribuir para que os Portugueses esqueçam as ofensas e querelas que os dividem». Serão só essas ofensas e querelas as ofensas e querelas «contra a propriedade»?

Somos pela paz e pela concórdia e assim gostaríamos de ver o Natal, Festa que cala fundo na alma do Povo a que pertencemos. Mas receamos que essas palavras pacíficas, no decreto de amnistia, sejam frase feita. Receamos que sirvam, mais uma vez, para dividir, como se os acontecimentos de 25 de Novembro pudessem ser a chameira entre um «clima de violência» e um «clima de paz e de concórdia».

E, já que o Conselho de Ministros escolhe uma data de conflito, porquê o 25 de Novembro? Porque não o 11 de Março? Não foi o 11 de Março em 1975? Não o abrange o Natal deste ano? Há quem exagere e queira fazer mais curta a que dizem curta memória dos homens.

A QUEM SERVE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Saneando à esquerda, os actuais responsáveis do Ministério do Trabalho mais não fazem do que dar cobertura a uma política antioperária

Os saneamentos à esquerda ou outras medidas de carácter repressivo realizadas no Ministério do Trabalho são acompanhadas de medidas de protecção ao patronato sabotador, como o comprovam o descongelamento das contas bancárias dos proprietários da SANIMAR.

Saneando à esquerda no seu Ministério, Tomás Rosa e Marcelo Curto preparam-se para dar cobertura ao não cumprimento dos contratos colectivos e das portarias. Saneando à esquerda no seu Ministério, Tomás Rosa e Marcelo Curto não fazem mais do que praticar e dar cobertura a uma política anti-operária.

EMPREGAM-SE MÉTODOS VINDOS DO FASCISMO

Entretanto, a audição dos suspensos no processo de sindicância processa-se com a utilização de métodos dignos dos Silvas Pinto e Rebelos de Sousa. A prepotência e os vexames do juiz sindicante dirigidos a Barros Moura são constantes.

No interior do Ministério, Barros Moura não pode deslocar-se livremente, mas apenas acompanhado em todos os momentos pelo juiz sindicante ou por um agente da Polícia Judiciária! Inclusivamente uma pasta que Barros Moura transportava foi aberta pelo juiz sindicante, que insinuou que tal pasta continha objectos ou documentos de serviço! Também Eugénio Rosa é constantemente alvo de medidas deste tipo, dignas dos fiéis servidores do fascismo.

O juiz sindicante chegou a ameaçar propor a suspensão de vencimentos de Barros Moura por este, a determinada altura, protestar, ditando para o auto, contra as medidas de carácter repressivo de que era vítima.

Perante tal situação, Barros Moura decidiu não voltar a prestar declarações enquanto não forem totalmente abolidas as medidas repressivas e difamantes adoptadas pelo juiz sindicante — que, para isso, recorre e actua fundamentalmente à base do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Civis do Estado, elaborado e aplicado pelo regime fascista.

Os actuais responsáveis do Ministério do Trabalho continuam a dar mais atenção aos saneamentos à esquerda do que à defesa dos legítimos interesses das massas trabalhadoras. Com efeito, as medidas de carácter repressivo contra funcionários daquele ministério que, durante muitos meses, identificaram a sua acção com os mais profundos interesses dos trabalhadores, estão a ganhar cada vez maior incremento e é legítimo perguntar-se: para onde vai o Ministério do Trabalho? Que interesses defende? Com quem está?

O ministro Tomás Rosa por despacho de 4 de Dezembro decide suspender, *arbitrariamente,* José Barros Moura e Eugénio Rosa, respectivamente director-geral e director dos Serviços de Lisboa das Relações Colectivas de Trabalho, do exercício das suas funções, proibindo-lhes a entrada no edifício do Ministério. Tal como no regime fascista, suspende-se arbitrariamente, sem indicação de quaisquer motivos concretos e sem se ouvirem os que são alvo de tais medidas repressivas. Cabe perguntar se aqui não andará a mãozinha do patronato reaccionário ou de influentes membros do antigo Ministério das Corporações — que, pelos vistos, parece não ser tão antigo!

Estas medidas repressivas integram-se na vaga de acções contra elementos democratas e antifascistas, nomeadamente a substituição do Chefe da Divisão de Salários, a suspensão abusiva do delegado sindical da função pública, a suspensão de elementos progressistas da Comissão de Saneamento, a demissão do Director do Serviço de Formação Profissional.

POLÍTICA ANTI-OPERÁRIA

A actual política anti-operária conduzida pelos mais altos responsáveis do Ministério do Trabalho visa mais do que reconstruir a estrutura do Ministério das Corporações, desmantelando o fruto das lutas das massas trabalhadoras.

Simultaneamente, o Ministro e o seu Secretário *promovem* e *protegem* à direita, apoiam-se nos reaccionários que transitaram do Ministério das Corporações. Os colaboradores da PIDE e da Censura, Vitor Ferreira e Castro Soutinho, são promovidos, colaboradores do fascista Silva Pinto são mantidos nos seus cargos, boicota-se a actividade da Comissão de Saneamento, anulam-se os castigos disciplinares e reaccionários da delegação de Setúbal.

Grande afluência registou o comício realizado pelo nosso Partido em Santa Iria da Azóia

ACÇÃO PARA A UNIDADE UNIDADE PARA A ACÇÃO

Mais de duas mil pessoas participaram no comício do PCP em Santa Iria da Azóia

«Através de ventos e tempestades chegámos ao Partido que somos hoje. Através de ventos e tempestades continuaremos a forjar um PC mais forte, mais coeso, mais capaz teórica, política e organicamente, um Partido capaz de orientar de maneira correcta a classe operária, as massas trabalhadoras e populares nos combates em defesa das liberdades democráticas e de outras conquistas da Revolução, em especial das nacionalizações já realizadas e da Reforma Agrária em curso no nosso país, e pela construção de um Portugal democrático e progressista, onde não possa ter mais lugar a exploração do homem pelo homem – pela construção de um Portugal verdadeiramente independente» – com estas palavras, de confiança nas potencialidades das forças revolucionárias e certeza na força e determinação dos comunistas, terminou o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, o discurso pronunciado no comício-festa realizado em Santa Iria de Azóia, na tarde de domingo passado.

Com a presença entusiástica de cerca de 2 000 pessoas, o comício com que se decidiu comemorar um ano de vida do centro de trabalho local do Partido, decorreu em ambiente de confiança e determinação.

A mesa era composta de representantes da freguesia de St.ª Iria de Azóia, do Conselho de Loures, da Covina, da MEC, da CORAME e da União das Juventudes Comunistas.

Referindo a perspectiva histórica da vitória definitiva do proletariado na luta de classes que se processa e agudiza no nosso país, o camarada Sérgio Vilarigues apontou como tarefa principal que se coloca ao nosso Partido, a todos os seus militantes e simpatizantes, «organizar e unir tudo o que possa e deva ser unido e organizado, varrendo para longe todo o sectarismo que infelizmente ainda existe entre nós, para a acção com vista a travar o passo às forças reaccionárias e fascistas, a defender com firmeza e determinação todas as conquistas da Revolução». Repisando esta ideia mestra, o camarada Sérgio Vilarigues, afirmaria mais tarde: **«Unidade para a acção e acção para fortalecer e alargar a unidade das massas populares para se oporem ao avanço da reacção e do fascismo, deve ser a palavra de ordem prioritária em toda a parte onde se trabalha e habita.»**

Referindo o problema fundamental das liberdades, que o nosso Partido tem sido múltiplas vezes acusado de não respeitar por aqueles que têm a defender interesses bem afastados dos das massas trabalhadoras, o camarada Sérgio Vilarigues apontou para a questão das eleições: «Porque somos respeitadores da vontade das massas expressa livremente, sem pressões de qualquer espécie, quer de carácter económico, religioso ou repressivo, desmascaramos e combatemos a ausência de liberdade em vastas zonas do Norte do País, nos Açores e na Ilha da Madeira, e proclamos que, falar em eleições livres nessas regiões é jogar hipocritamente com as palavras, é não praticar a democracia, é não respeitar e defender a liberdade. Muitos daqueles que aqui, em Portugal, e por esse mundo capitalista fora acusam os comunistas portugueses de não respeitarem a vontade expressa do povo, fazem-no com um duplo objectivo: ter as mãos livres para continuarem a manipular eleições pelo engano, pela chantagem política, pela pressão económica: jogarem com o número de votos e no dia seguinte às eleições esquecerem os programas apresentados e as promessas feitas».

O agravamento das medidas contra a esquerda, depois do 25 de Novembro, em particular as prisões de militares revolucionários e as formas de que tais medidas se estão a revestir, foram igualmente analisados pelo camarada Sérgio Vilarigues, que afirmou: *«Por mais chocante que possa parecer, esta situação traz-nos à memória métodos semelhantes aos usados por outros antes do 25 de Abril.*

Nesta hora grave que o país vive, a aproximação e o entendimento entre as tendências que compunham o MFA, a recomposição deste como garante armado da Revolução encetada em 25 de Abril de 1974, impõe-se como uma necessidade inadiável – afirmou o camarada Vilarigues. – *Isto, que era importante e necessário antes do 25 de Novembro, é hoje ainda mais imperioso para barrar definitivamente o caminho à reacção e ao fascismo.*

A libertação imediata dos militares de esquerda presos seria um grande passo no caminho da aproximação e viria facilitar também o diálogo, e eventualmente acordos e cooperação entre aquelas forças que se reclamam de esquerda e socialistas.

Tudo o que possa dividir as forças de esquerda e, em primeiro lugar, a classe operária e as massas trabalhadoras da cidade e do campo deve ser evitado. Tudo o que possa contribuir para unir e organizar deverá ser utilizado.»

Em Vila Franca realizou-se uma sessão de esclarecimento do Partido Comunista Português em que participaram os camaradas Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e Manuel Pedro, membro do CC. A grande afluência da população daquela zona tornou bastante animada a sessão, sucedendo-se as perguntas e as respostas sobre a presente situação política

CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO LENINISMO edições Avante!

Marx e Lenine

Os Sindicatos Soviéticos

VASSILI PRÓKHOROV

Colecção: Cadernos de Iniciação ao Marxismo-Leninismo

Código: 21.09

Preço: 20$00

Que papel desempenham os sindicatos na luta pelos direitos e objectivos finais dos trabalhadores? Qual o lugar dos sindicatos revolucionários no combate dos explorados pela conquista do poder e, posteriormente, na construção do socialismo? Eis importantes questões, sobre as quais as ideias de Lénine conservam plena actualidade.

TRABALHADORES DA INFORMAÇÃO EM LUTA

Após o 25 de Novembro, os órgãos de comunicação social foram alvo das forças reaccionárias que, passando por cima dos mais elementares direitos democráticos dos trabalhadores, iniciaram processos de saneamento à esquerda com especial relevo na EN e na RTP, onde funcionários de reconhecida militância antifascista se viram afastados da sua actividade. Face a estes acontecimentos os trabalhadores da Informação iniciaram já um processo de luta tendente a salvaguardar o direito ao trabalho e a liberdade de expressão

«A situação criada nos órgãos de informação, a pretexto dos acontecimentos do 25 de Novembro, assume aspectos gravemente repressivos traduzindo-se no afastamento maciço de trabalhadores e na suspensão arbitrária das garantias do direito ao trabalho, através de métodos que só têm paralelo nas perseguições de que os antifascistas foram vítimas ao longo de 48 anos...» — esta a síntese dos motivos enunciados num manifesto, que originou a convocação dos órgãos de comunicação social para uma conferência de imprensa, realizada no passado dia 11, no Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão e que contou com a participação de vários trabalhadores suspensos da RTP e EN, dando estes uma clara e objectiva explanação de todos os acontecimentos relacionados com o 25 de Novembro e que vieram a culminar com a suspensão de 108 funcionários.

A sessão que foi orientada por alguns elementos das comissões de luta da EN (João Paulo Guerra, Ana Duarte, Gustavo Rosa e Lopes) e da RTP (Pimenta Rodrigues, Álvaro Salazar, Maria José Marques, António Borga e Mário Vieira de Carvalho), iniciou-se com a apresentação do manifesto, elaborado pelas respectivas comissões, lido por Gustavo Rosa, no qual se salienta a dada altura: «... É necessário que os trabalhadores da informação — nomeadamente alguns que estão a ser arrastados para o papel de «perseguidores» ou de «delatores» — e os trabalhadores em geral sejam alertados para o perigo iminente da destruição das liberdades democráticas, e, concretamente, neste, caso, da liberdade de expressão e do direito ao trabalho. Não mais se poderá consentir que os trabalhadores antifascistas voltem a sofrer o mesmo tipo de coacção moral e material que era praticado pelo Poder antes do 25 de Abril. Não mais se poderá consentir que qualquer trabalhador antifascista seja prejudicado no exercício da sua profissão ou nas garantias do direito ao trabalho pelo facto das suas opções ideológicas ou da sua filiação partidária. Foi para defender esta e todas as outras conquistas da nossa Revolução a caminho do socialismo que nas ocasiões de crise os trabalhadores agora suspensos, bem como muitos outros, se mantiveram sempre nos seus locais de trabalho ao lado dos militares que habitualmente eram destacados para guarnecerem os centros de comunicação...»

TRABALHADORES DETIDOS EM CUSTÓIAS

Em seguida falou António Borga, chefe de redacção do Telejornal, que começou por abordar as circunstâncias em que 36 trabalhadores da RTP foram suspensos, dois deles detidos no presídio de Custóias, tendo para isso feito uma breve análise do que se passou desde o dia 25 de Novembro até agora.

Trabalhadores que já tinham dado provas da sua militância antifascista, não só aos dias 25 de Abril, 28 de Setembro e 11 de Março, mas também ao longo de toda a sua actividade como funcionários da Televisão e profissionais conscientes, perante as movimentações políticas e gravidade da hora que se estava a viver, dirigiram-se para os seus postos de trabalho na RTP, onde decorria a meio da tarde uma reunião sindical.

O 25 de Novembro — frisou António Borga — foi utilizado por grupos de pessoas (partidários ou não) para satisfazerem os seus intentos contra-revolucionários, agora levados a cabo pela suspensão e demissão de trabalhadores que sempre se opuseram ao avanço da direita, dentro e fora da RTP, aliando-se aos que em Portugal se batem pela construção da sociedade livre e democrática a caminho do Socialismo.

CACIQUES REACCIONÁRIOS ELABORAM LISTAS DE SANEADOS

As listas de saneados à esquerda, recentemente divulgadas, resultam de uma selecção levada a efeito pelos caciques reaccionários dentro da RTP, sendo a Administração cúmplice das injustiças e acusações sem fundamento de que foram alvo os trabalhadores agora impedidos de exercerem a sua actividade.

O carácter antidemocrático e especulativo com que estas listas foram elaboradas ficou bem patente através de casos de alguns trabalhadores suspensos que estavam de férias, e outros que não estiveram presentes nos respectivos locais de trabalho durante os acontecimentos, ou ainda o facto de, entre os que estavam nos estúdios, no dia 25 de Novembro, nem todos terem sido atingidos pelas medidas de saneamento.

Na RTP, trabalhadores que chegaram a tirar muitas horas do seu descanso, montando, em estreita cooperação com alguns militares, turnos de segurança com o objectivo de, não só guardarem as instalações de possíveis ataques promovidos por bandos de provocadores, como também de detectarem elementos que inscreviam nas paredes do interior do edifício slogans afectos ao ELP e ao MDLP, são agora apelidados de golpistas e contra-revolucionários.

OS ACONTECIMENTOS NA EMISSORA NACIONAL

João Paulo Guerra, representante da comissão de luta dos trabalhadores da EN, começou por explicar aos presentes os acontecimentos, aliás bastante parecidos com os da RTP, que motivaram o desencadear destas acções reaccionárias contra trabalhadores plenamente integrados no processo democrático português.

No dia 25, às 5.45, a PM — unidade que habitualmente se apresentava nas instalações desta estação de rádio nos momentos de tensão — deslocou para aí algumas forças, na sequência dos acontecimentos de Rio Maior.

Entretanto, durante a manhã, o responsável pelo Jornal da Tarde procurou entrar em contacto com a direcção militar devido a um comunicado dos pára-quedistas, não tendo encontrado nenhum director, nem nos estúdios nem nos gabinetes da Administração, pelo que foi impossibilitada a leitura do referido comunicado.

Gradualmente, crescia a tensão dentro da EN (ao mesmo tempo que se gerava um clima de intensa actividade por ser dia de pagamento de salários), quando pelas 16.50 é lido um comunicado recebido por telex decretando o estado de emergência. A força militar presente levanta dúvidas sobre a autenticidade de tal comunicado, pelo que decide ordenar a partir daquele momento a confirmação de todos os comunicados ali recebidos.

TRABALHADORES NÃO ABANDONAM A EMISSORA NACIONAL

Tal como nos momentos críticos, muitos trabalhadores, perante a grave situação que se estava a viver, resolvem permanecer nos estúdios ou deslocar-se para lá, ao contrário do que aconteceu com os elementos da direcção militar e da comissão de trabalhadores, que abandonaram a Emissora Nacional, onde já começavam a chegar reforços militares.

Cerca das 17.30 um oficial declara que acabam de ocupar a estação de rádio (logo a seguir às suas dúvidas sobre a autenticidade do comunicado do EMGFA), o que veio a causar uma situação de impasse entre militares e trabalhadores dos serviços informativos, aos quais se deparou uma opção: ou se recusam a trabalhar ou abandonam as instalações. No decurso de toda esta agitação não se verificou qualquer acto de violência ou de ameaça.

Entretanto, os serviços noticiosos (pelas 18 horas) não se encontravam a funcionar, mas para evitar o alarmismo resultante da não transmissão de notícias nos horários habituais, alguns trabalhadores sugeriram que fossem lidas algumas passagens do noticiário anterior, coincidindo com o apelo feito posteriormente por alguns militares, respondido por alguns funcionários da EN, nomeadamente por alguns do turno seguinte.

CORTES SUCESSIVOS DE EMISSÕES

À base de comunicados e telegramas das agências noticiosas, os serviços informativos continuam a sua actividade, embora pelas 20 horas os emissores regionais do Norte e centro tivessem desligado da cadeia nacional. Seguidamente é feita a inversão do emissor da Lousã e é dada ordem ao centro emissor de Castanheira do Ribatejo para passar a captar e transmitir a programação vinda dos estúdios do Porto, tendo ficado por algum tempo a programação de Lisboa na rede de FM (emissor de Monsanto) e onda média de Elvas, Portalegre e Faro. Pouco mais tarde são cortados os emissores de Monsanto e os estúdios deixam de transmitir por se julgar estarem sem qualquer emissão, quando de Faro se recebe um telefonema manifestando preocupação por ter deixado de receber programa; retoma-se, então, a transmissão de música e de noticiários para Elvas, Portalegre, Faro e à 1 hora fez-se o fecho da emissão, como normalmente, por ordem dos militares.

Em face destes cortes sucessivos de emissões, os trabalhadores começam a abandonar os estúdios após um aviso feito pelos militares que também começam a retirar, permanecendo apenas no interior os trabalhadores em serviço na onda curta e diversos outros aos quais foi lembrado que estava em vigor o recolher obrigatório.

No dia 26, a direcção convocou os trabalhadores para uma reunião, durante a qual os funcionários que tinham permanecido nos estúdios foram violentamente atacados pela comissão de trabalhadores em termos de «golpistas», «contra-revolucionários», etc.

Neste mesmo dia viria ainda a ser comunicado qus os estúdios do Quelhas seriam encerrados até nova ordem.

Começam, então a ser publicadas ordens de serviço suspendendo e demitindo trabalhadores (primeiro sete, depois quarenta) e modificando todas as estruturas do funcionamento da Emissora, desde a extinção de alguns departamentos até à transferência de trabalhadores e nomeação de novos responsáveis de secção.

O representante dos trabalhadores em luta nesta conferência de imprensa, João Paulo Guerra, referiu-se, ainda, brevemente a uma reunião da Comissão de Inquérito (nomeada pela direcção), na qual foi impedida a entrada dos trabalhadores. Segundo a Administração, teria sido ali que funcionários daquela estação de rádio indicaram quais os colegas implicados nos acontecimentos do 25 de Novembro, o que é sem dúvida uma autêntica especulação pois tinha sido impedida a entrada a qualquer trabalhador nessa reunião.

Os elementos que orientaram esta conferência responderam em seguida às perguntas formuladas pelos órgãos de comunicação social. Ao longo deste diálogo ficou bem vincada a injustiça de que estes trabalhadores, agora suspensos, foram alvo e os métodos usados para o seu afastamento.

«Alguns destes trabalhadores nem sequer sabiam de nada», afirmou um dos intervenientes nesta conferência de imprensa; na verdade, segundo o consenso geral dos trabalhadores ali presentes, suspensas deviam estar as Administrações (da RTP e EN) que, assumiram ao longo de tudo o que ia acontecendo naqueles órgãos de comunicação um papel de irresponsabilidade, abandonando naquelas horas de tensão os trabalhadores para depois concordarem com as medidas de saneamento aplicadas a pessoas plenamente integradas no processo revolucionário português.

VIOLAÇÃO DAS CONQUISTAS ALCANÇADAS PELOS TRABALHADORES APÓS O 25 DE ABRIL

Na sequência dos acontecimentos que se têm vindo a suceder na EN, a programação da Rádio Estudantil foi suspensa e todos os cargos de responsabilidade foram entregues a pessoas empenhadas no retrocesso da Revolução Portuguesa, numa clara oposição aos anseios do povo português, firme na sua decisão de marchar decididamente contra os exploradores que sonham ainda com um reinado já extinto.

Na EN, logo a seguir ao 25 de Abril, os trabalhadores elaboraram um estatuto, aprovado pela direcção, pelo qual teria de ser ouvida a comissão de trabalhadores, antes de ser demitido ou suspenso qualquer funcionário. Presentemente, na EN, a democracia está posta de parte; os ideiais da Revolução iniciada em Abril já não contam!

Na RTP, trabalhadores que muitas vezes chegaram a montar vigilância (em estreita colaboração com alguns militares ali em funções) nas redondezas dos edifícios pertencentes à Televisão e que solicitaram junto das autoridades competentes um efectiva segurança das instalações por unidades militares, são agora apelidados de contra-revolucionários e golpistas — possivelmente por se indignarem com as inscrições feitas nas paredes por elementos afectos ao ELP e ao MDLP.

MOVIMENTO DE SOLIDARIEDADE EM TORNO DOS TRABALHADORES SUSPENSOS

No final da conferência de imprensa, os trabalhadores injustamente suspensos das suas funções referiram-se ao apoio que lhes tem sido dado tanto pelo MUTI e APE como pelos trabalhadores em actividade na EN e RTP, sabendo-se que existe dentro destes órgãos de comunicação um amplo movimento de solidariedade em prol da justa luta dos funcionários demitidos e suspensos.

O ESPECTRO DE NOVAS SUSPENSÕES

Segundo as declarações prestadas pelos trabalhadores da Informação agora afastados, vive-se na EN e na RTP um ambiente dominado pelo medo, onde persiste a aflição constante de se ser preso ou de se ficar sem emprego, num panorama muito semelhante ao do que os trabalhadores se habituaram a ver durante a longa noite fascista.

O espectro de novas suspensões paira assim num ambiente repressivo de autêntica caça às bruxas.

OS TRABALHADORES SUSPENSOS EXIGEM DO GOVERNO MEDIDAS TENDENTES À SUA REINTEGRAÇÃO

O Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão, numa mensagem dirigida ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução e Intersindical, denuncia a acção *repressiva e violadora do espírito democrático* que se tem vindo a desenvolver na RTP.

Entretanto os trabalhadores suspensos da EN e RTP afirmam a dado passo do seu subscrito: «... Em face do exposto, achamo-nos no direito de exigir a Sua Excelência o Presidente da República, ao Conselho da Revolução e ao Governo:

a) A imediata libertação dos trabalhadores presos;

b) A imediata reintegração nas suas funções de todos os trabalhadores atingidos;

c) A garantia que nenhum trabalhador antifascista será ameaçado no seu direito ao trabalho por motivos ideológicos ou políticos;

d) A completa e clara averiguação das manobras que, a pretexto dos acontecimentos do 25 de Novembro, têm sido efectuadas para alcançar desígnios políticos absolutamente contrários ao mais elementar espírito democrático (e a uma via que se diz «pluralista»).

A nossa luta é a luta de todos os trabalhadores portugueses. É a luta de todos os democratas que souberam resistir ao fascismo e que depois do 25 de Abril combateram e combatem consequentemente pelos objectivos da revolução socialista...»

CONTRA A AMEAÇA DO FASCISMO

Representantes das unidades colectivas de produção de Beja, uma das mais importantes conquistas da Revolução, manifestam-se contra o avanço das forças da direita que, saneando à esquerda, abrem as portas de par em par aos fascistas e reaccionários

Os representantes das unidades colectivas de produção do distrito de Beja, reunidos em plenário a fim de analisarem a actual situação política, aprovaram uma moção na qual manifestam «o seu vivo desacordo e inquietação contra o avanço das forças de direita, que em muitos casos andam armadas e atacam impunemente sedes de sindicatos e de partidos progressistas, perseguem e espancam dirigentes sindicais e lutadores antifascistas e que se atrevem já a falar em andar para trás com as medidas de reforma agrár a e todas as grandes conquistas alcançadas pelos trabalhadores após o 25 de Abril de 1974».

Os trabalhadores agrícolas reunidos em Beja protestaram e en i camente «contra o saneamento à esquerda que se vem efectuando no MFA, com o qual desde há muitos meses se vêm afastando dele cada vez mais militares verdadeiramente progressistas, de otados às classes trabalhadoras, saneamentos esses que põem em sério risco a indispensável força revolucionária que é a aliança Povo-MFA».

A referida moção, que foi aprovada por unanimidade e entregue no Regimento de Artilharia de Beja, a fim de ser transmitida aos órgãos de poder civil e militar, exprime ainda o protesto enérgico dos trabalhadores das unidades colectivas de produção do distrito de Beja «contra o afastamento e demissão dos elementos progressistas na TV, Emissora Nacional, Jornais, perseguições essas piores que as feitas antes de 25 de Abril de 1974 e que ameaçam colocar esses órgãos de informação do Povo, não ao lado das classes trabalhadoras, mas ao lado da reacção e das classes exploradoras».

Na sua moção, os trabalhadores das unidades colectivas de produção do distrito de Beja apelam para a ampla idade das forças populares e antifascistas, reclamam enérgicas medidas «contra as hordas de arruaceiros fascistas e contra as perseguições aos elementos militares e civis dedicados às classes trabalhadoras e necessár os ao processo revolucionário a caminho do socialismo» e exigem «um MFA e uma Informação verdadeiramente ao serviço do Povo, ou seja, dos trabalhadores».

Pela primeira vez chegou a Luanda um blindado da FNLA, bando armado subsidiado pelos EUA. Simplesmente, entrou na capital da República Popular de Angola rebocado por um veículo das FAPLA

ANGOLA FORTALECE POSIÇÕES CAMINHANDO PARA A VITÓRIA

O MPLA acusa e denuncia os inimigos de Angola como país livre e independente, enquanto na ONU o delegado dos Estados Unidos depara com a indignação dos Estados membros ao tentar defender o regime racista da África do Sul, agressor declarado em Angola. A URSS reafirma o seu apoio ao MPLA. Cisão entre dirigentes dos «movimentos» fantoches. As FAPLA consolidam posições e avançam na «estrada do café» com poderosos meios militares

Numa proclamação lida recentemente pela rádio, em Luanda, o MPLA considera «inimigo do povo angolano qualquer governo que reconheça o pseudo-governo e a pseudo-República instuídos pela FNLA e UNITA, organizações ligadas e manobradas por forças imperialistas e, em especial, pela República da África do Sul».

Numa referência ao Governo de Lisboa, o documento do MPLA, lido por Lúcio Lara, salienta: «É notória a atitude cúmplice de Portugal que só em 26 de Novembro confirmou, publicamente, diante da Assembleia Geral da ONU, que forças regulares sul-africanas tinham invadido território angolano nos primeiros dias de Agosto, ainda na vigência da soberania portuguesa, tendo-se limitado o Governo português a simbólicas acções diplomáticas secretas que não visavam qualquer resultado prático.» A proclamação refere-se ainda ao conhecimento por parte de Portugal da existência de «milhares de soldados do ELP aquartelados na Namíbia» e da «invasão do Norte de Angola por forças zairenses, ainda antes dos acordos do Alvor».

Entretanto, na ONU, as tentativas sem êxito do delegado americano, Daniel Moynihan, para defender os racistas sul-africanos depararam com a indignação dos Estados-membros, que denunciaram a intervenção armada do Governo de Pretória na República Popular de Angola. A quase totalidade dos delegados apontou a falsidade das declarações do representante dos Estados Unidos que, na tentativa de minimizar a declarada agressão dos racistas sul-africanos em Angola, foi ao ponto de utilizar grosseiras calúnias anti-soviéticas, procurando intimidar os países africanos com uma fantasiosa intervenção da URSS.

Os delegados do Senegal, Benin, Madagáscar, Cuba, RDA e outros países, provaram com grande quantidade de factos reais a intervenção sul-africana ao lado dos fantoches africanos e também o apoio desta aventura em Angola pelas forças imperialistas, em particular pelos Estados Unidos. As declarações do delegado americano, fez notar R. Paki, delegado do Benin, «não são dignas do crédito da assembleia». Os EUA pretendem, uma vez mais, enganar a opinião pública ao fazerem-se passar «por defendores da independência africana», declarou Paki. Ora, os estados africanos denunciam uma vez mais esta manobra.

O representante da RDA, Bernhard Neugebauer, declarou que a RAS, ao envolver-se numa aventura militar em Angola, mostrou que não lhe repugnava nenhuma acção coerciva susceptível de impedir que um Estado africano independente pudesse decidir livremente do seu destino.

O delegado soviético Yakov Malik denunciou a falsidade dos argumentos atirados, à pressa, pela delegação americana, citando e exibindo provas da intervenção sul-africana em Angola e do apoio das forças imperialistas.

Essas provas constam dos «dossiers» da ONU e da Imprensa mundial, sublinhou o representante soviético, acrescentando que nenhum subterfúrgio nem nenhum artifício dos agressores poderá forçar a União Soviética a renunciar à assistência desinteressada aos movimentos de libertação nacional que lutam pela independência.

«Nós preconizamos a liberdade nacional, a independência e a soberania total do povo angolano representado pela República Popular de Angola, proclamada em 11 de Novembro de 1975.» E Yakov Malik prosseguiu: **Desejamos que seja o próprio povo a decidir do seu destino, a dispor das suas riquezas e que não autorize ninguém a imiscuir-se nos seus assuntos internos.»**

Um só delegado presente na sala da Assembleia Geral apoiou as injúrias anti-soviéticas. Foi o representante de Pequim que, através das calúnias contra a URSS, mostrou mais uma vez a sua verdadeira face, nada agradável aos olhos dos povos africanos.

A ÁFRICA DO SUL NÃO ESCONDE A AGRESSÃO

Entretanto, o povo angolano, a sua vanguarda, o MPLA, e as FAPLA, seu braço armado, defendem a independência e o direito de viverem livremente, numa luta difícil e sangrenta contra as forças da reacção e do imperialismo, que impuseram aos angolanos uma guerra de agressão com invasão permanente do território.

Actualmente, através da Namíbia, estão a ser enviados para Angola novos destacamentos de intervencionistas, formados na RAS – informa de Luanda o correspondente do jornal PRAVDA, órgão central do Partido Comunista da União Soviética. **Esses destacamentos são compostos por fascistas espanhóis e portugueses, por ex-agentes da PIDE, por ex-soldados do exército norte-americano, que lutaram no Vietnam, e por mercenários belgas, que estiveram ao lado dos separatistas durante as operações militares no Congo e na Nigéria.**

Pressionadas pelos factos, as personalidades oficiais da RAS viram-se obrigadas a reconhecer a sua participação na agressão em Angola. Isso consta, em particular, da declaração do ministro da defesa da RAS, Peter Bota, que, acompanhado de altos oficiais do ministério e do Estado-Maior, fez uma viagem «de inspecção» à região da fronteira de Angola.

A Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) publica, entretanto, uma declaração segundo a qual, **nas acções militares do Sul de Angola participam cerca de 12 mil soldados e oficiais brancos, pertencendo, na maioria, ao exército regular de África do Sul, embora aí se encontrem também mercenários norte-americanos, franceses, ingleses...**

Mas, de dia para dia, aumenta a ajuda e o apoio dos países irmãos africanos à luta justa dos patriotas da República Popular de Angola, com relevo especial para os povos das restantes ex-colónias portuguesas, para os países da comunidade socialista e para as forças democráticas do mundo inteiro.

Nos artigos e comentários dos jornais soviéticos sobre os acontecimentos em Angola, confirma-se, uma vez mais, a posição da URSS, que corresponde inteiramente ao espírito da sua política externa. **A União Soviética** – escreve o PRAVDA – **juntamente com todas as forças pacíficas e progressistas, está inteiramente ao lado do corajoso povo angolano e da sua vanguarda, o MPLA, condenando energicamente a agressão armada contra o jovem Estado africano e exigindo a retirada imediata de todos os intervencionistas nele existentes.**

Por seu lado, o Governo da Nigéria condenou firmemente o «complot» entre os racistas sul-africanos e as forças imperialistas que os apoiam contra os interesses do povo angolano. **A República da África do Sul e todos os que apoiam as acções dos racistas na África, têm a responsabilidade dos crimes por eles cometidos em Angola**, diz a declaracção do representante nigeriano na ONU.

Muitos outros países continuam a declarar o seu apoio à RPA. «O dever da Organização das Nações Unidas é o de condenar severamente a agressão da República da África do Sul contra Angola – sublinhou entre outros o delegado da república da Guiné, J. Martan Sissé, no discurso que pronunciou na sessão plenária da Assembleia Geral da ONU. A República da Guiné confirma o seu apoio à luta do povo angolano, sob a direcção do movimento popular de libertação desse país – o MPLA», acrescentou o representante guineense.

Os países independentes de África estão preocupados com a tensão que reina em Angola em consequência das actividades separatistas dos grupos reaccionários da FNLA e da UNITA, os quais se apoiam nas forças imperialistas e no regime racista de Vorster.

Numerosos países africanos, nomeadamente a Etiópia, denunciaram severamente a ingerência directa da África do Sul nos assuntos internos de Angola. A Etiópia declara que a participação das tropas sul-africanas ao lado dos grupos separatistas é um perigo directo para a independência de Angola e ameaça perigosamente a paz e a segurança em todo o continente africano.

Soube-se, entretanto, no secretariado da Organização da Unidade Africana, em Adis-Abeba, que, actualmente, 34 países de África subscrevem uma proposta do governo somaliano para convocar uma cimeira da OUA para deliberar sobre a situação em Angola. Em virtude da carta da OUA, a organização duma cimeira implica o consentimento de pelo menos dois terços dos membros da OUA, o que presentemente já está garantido.

Como declarou Eteki-Mbumua, secretário-geral da OUA, a reunião será precedida duma sessão extraordinária do conselho de ministros da organização, em Adis-Abeba, de 19 a 21 de Dezembro. Segundo informações provenientes do secretariado da OUA, o conselho de ministro debaterá a situação em Angola, a ordem do dia e a data para a convocação da cimeira dos países membros da OUA, que provavelmente se efectuará em princípios de Janeiro do próximo ano.

Estão convidados a assistir os representantes de todos os movimentos de libertação do continente africano.

Entretanto, o MPLA reforça os seus quadros militares especializados saídos do seio do povo, enquanto se ampliam as cisões entre os cabecilhas dos movimento fantoches, FNLA e UNITA.

O MPLA, através do seu braço armado, as FAPLA, solidifica posições muito importantes na estratégia militar. Cabinda mantem-se firmemente em poder das forças populares do MPLA e a resistência dos fantoches do Uíge durará muito pouco, pois está em curso uma acção decisiva para desalojar os serventuários do imperialismo das posições que ocupam nessa província do Norte de Angola.

Segundo as últimas informações a que tivemos acesso, o Ambriz teria entrado na posse das FAPLA que, com um potencial militar cada vez maior, progridem na «estrada do café» (Norte) em direcção à antiga Carmona do tempo do fascismo.

A proclamação do MPLA, lida por Lúcio Lara aos microfones da Emissora Nacional de Angola, termina de forma bem clara, afirmando que «o governo fantoche do Huambo será liquidado». De resto, ele já se desagrega. Um semanário português de direita escrevia há dias que se conhecem *cisões entre a corrente política e militar que segue Daniel Chipenda e o estratega Santos e Castro, perante o renhido conceito de hierarquia tradicional do antigo ministro do Interior N'Gola Kabangu.*

FNLA, UNITA, criminosos de guerra e mercenários como Santos e Castro, traidores como Daniel Chipenda e o resto da camarilha de vendidos disputam os favores do imperialismo. Daí as cisões que o insuspeito semanário aponta.

EM RIO MAIOR A REACÇÃO DESVENDA OS SEUS CRIMINOSOS OBJECTIVOS

(Continuação da pág. 1)

sabotadores da economia nacional estão interessados em incrementar, a realização de inquéritos e processo disciplinares à actuação de técnicos do IRA e do CRRA. Também neste aspecto, os intuitos das forças reaccionárias, que comandam este rocesso, se evidenciam com clareza: trata-se de fazer recuar a Reforma Agrária, grande conquista das massas trabalhadoras, impondo soluções que não visam mais do que manter a exploração fortalecida durante quarenta e oito anos de fascismo, a exploração e domínio dos capitalistas e latifundiários.

Como é característico da actuação dos sectores contra-revolucionários, o anti-comunismo feroz foi a tónica dominante do clima do plenário. Mas o anticomunismo, que sempre denunciámos como ponta-de-lança da reacção contra todas as forças da democracia, descobriu plenamente todo o seu envolvimento. Assim, o Ministro da Agricultura, Lopes Cardoso, membro do Partido Socialista, foi também denominado de comunista, ameaçado com tiros na cabeça, «enviado para a Sibéria», e para Custóias e, segundo as palavras de Luis Madeira, de Rio Maior, prevenido de que «se necessário for tomaremos medidas drásticas sobre esse senhor». Nem sequer o Secretário-Geral do Partido Socialista, Mário Soares, foi poupado pela multidão. Aos partidos aliados dos «agricultores» outro tratamento foi logicamente dado. A estes, José Manuel Casqueiro, de Rio Maior, fez um significativo apelo, aos «que se têm mantido silenciosos sobre a Reforma Agrária mas que já denunciaram o pacto com o MFA».

Os pequenos e médios agricultores que estiveram presentes em massa no Plenário de Rio Maior estiveram-no em nome dos seus próprios interesses e porque cuidam que, nesta via, encontram a solução para os seus problemas. Ignorando a causa real dos seus males, que derivam da política de rapina dos capitalistas e grandes agrários protegida pelo regime fascista e da sabotagem económica desenvolvida pela reacção após o 25 de Abril, sentindo-se ameaçados pela ruína progressiva, tal como durante o tempo do fascismo e, sobretudo, «receosos das injustiças que lhes venham a ser feitas amanhã», os pequenos e médios camponeses são facilmente arregimentados pela contra-revolução que surge «messianicamente» disposta a «salvá-los» na grande concórdia de classes praticada pelo corporativismo fascista.

Neste espírito surge a formação da Conferência Geral dos Agricultores Portugueses, decidida no plenário, a qual agregará todos os elemenros ligados à actividade agrícola, a produção florestal e pecuária. Na medida em que os projectos dos latifundiários em unir todas as classes de agricultores nas chamadas Associações Livres de Agricultores (ALA) falhou em diversas regiões do país, a Confederação Geral dos Agricultores ressuscita esta manobra com a qual se pretende a neutralização do campesinato pobre, impedindo a sua consciencialização e prevenindo os riscos da aliança, historicamente inevitável, deste com o proletariado. Para isso, a coberto de intentos de «salvação da agricultura e nação portuguesas», a reacção marcha a galope para a «união» de exploradores e explorados, temendo que estes lhes escapem ao jugo. Os promotores estavam de tal modo convictos da manipulação do plenário que não hesitaram em descobrir o jogo, distribuindo um papel impresso de inscrição na Confederação. Também a mesa do plenário não encobriu os objectivos da Confederação, ao declarar, por via do seu presidente, que a Confederação não seria criada apenas para apresentar as reivindicações dos agricultores mas também para dar opinião ao Governo sobre toda e qualquer medida de carácter político que, de algum modo, directa ou indirectamente, interferisse com os agricultores, o que dá ideia do vasto campo em que a reacção, a coberto da «questão agrária» se propõe actuar.

Do mesmo modo, o «representante» dos agricultores da Braga, Sá Meneses, num discurso violentamente antidemocrático, não se ficou pelo veemente apelo ao não pagamento de impostos mas, desvendando projectos futuros, provavelmente já em fase adiantada de concretização, afirmou a necessidade dos agricultores se constituírem em milícia armada! Apesar dos protestos de rigoroso «apartidarismo», o «representante» da Beira Alta, Romeu Martins, ameaçou com a formação do partido da Aliança Agrária Portuguesa que nas próximas eleições legislativas iria, segundo os seus cálculos, arrebanhar os votos de mais de cinco milhões de portugueses. Mesmo aos observadores menos atentos, afirmações do teor exposto, revelam muito dos reais objectivos da contra-revolução.

A REFORMA AGRÁRIA RESPEITARÁ OS INTERESSES DOS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

O nosso Partido sempre afirmou que não confunde o povo de Rio Maior e os agricultores com os bandos reaccionários organizados em torno dos grandes proprietários e dos grandes negociantes ribatejanos. Não confunde também os milhares de pequenos e médios camponeses que se encontraram no plenário de Rio Maior com os seus promotores. Os pequenos e médios camponeses que enganados fazem o jogo da reacção seriam das suas primeiras vítimas se este jogo obtivesse sucesso. O nosso Partido insiste e insistirá em acções de amplo esclarecimento dos camponeses pobres que a reacção ainda manipula, e lutará contra esta manipulação com todas as suas forças. A conquista dos pequenos e de muitos médios agricultores, seduzidos pelas falsas promessas da reacção, é uma tarefa das massas trabalhadoras e de todas as forças democráticas. Demonstrar às camadas de camponeses pobres, enganadas pela propaganda da reacção, que a Reforma Agrária em curso não somente os não prejudica como ainda constitui a única via para a real satisfação das suas necessidades e solução dos seus problemas é uma tarefa urgente das forças revolucionárias.

Como sublinha o documento do Comité Central do nosso Partido, no qual se analisa a situação política e as tarefas da hora presente «a Reforma Agrária tem respeitado e deve respeitar escrupulosamente os interesses dos pequenos e médios agricultores. Se há casos em que isso não tenha sucedido impõe-se pronta rectificação. É possível e desejável que, a par da criação de cooperativas e herdades colectivas, seja distribuída terra aos pequenos agricultores que tenham terra insuficiente para seu sustento.

«É também essencial que haja uma resposta concreta e positiva aos problemas dos pequenos e médios agricultores das outras regiões do país, sujeitos a uma violenta campanha de agrários e da reacção que, em muitos casos, conseguem enganá-los e mobilizá-los em acções contrárias aos seus próprios interesses.»

A tarefa de conquistar pequenos e médios agricultores, hoje manipulados pela reacção, mas potencialmente nossos aliados para um processo de libertação, do qual serão directamente beneficiados, é uma das formas mais importantes de defender a Reforma Agrária e de impulsionar o avanço do processo revolucionário.

SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!»

Indo ao encontro do solicitado por inúmeros leitores acabamos de criar o serviço de *novidades por colecções* — O SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!»

VANTAGENS

Este serviço oferece aos assinantes a *comodidade de receberem* os nossos livros *em suas casas* ou *nos locais que nos indicarem,* antes de serem postos à venda.

Este serviço *garante* aos assinantes que *nenhum livro das Edições «Avante!»* em que estão interessados faltará *nas suas bibliotecas.*

O *13.º livro* recebido nesta modalidade, em cada colecção, *é oferecido* pelas Edições «Avante!».

PARA SER ASSINANTE

Para ser assinante é necessário remeter-nos a Ficha de Assinante devidamente preenchida, acompanhada da quantia de 100$00 (caução mínima), que funcionará como pagamento adiantado dos livros que lhe serão enviados antes da sua divulgação junto do grande público.

NOTA: Para a assinatura permanecer válida *reponha* imediatamente o valor dos livros que for recebendo ou então, para comodidade sua, *aumente* o valor da caução mínima inicial. Os nossos serviços avisá-lo-ão quando chegar a altura de a repor.

Os livros são remetidos pelo correio, sem aumento de preço, para todo o país. Para o estrangeiro serão debitados acrescidos dos respectivos portes.

SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!»

Ser assinante é também uma forma de apoiar a Editorial «Avante!».

Ser assinante é estar informado da linha política do Partido Comunista Português.

AOS LIVREIROS

O SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!» é extensível às livrarias, que devem organizar *o seu próprio* serviço de novidades.

Todos os livreiros devem comunicar-nos o número de assinantes que têm em cada colecção para que possam receber os livros a tempo de os enviarem aos assinantes que angariarem.

ATENÇÃO: — as nossas remessas nesta modalidade *beneficiarão* de um desconto adicional de 5%;

— as livrarias que aderirem a esta nossa iniciativa *beneficiarão* de publicidade gratuita no Boletim das Edições «Avante!» sob a rubrica «Livrarias Recomendadas».

Edições Avante!

ELEVA O TEU NÍVEL POLÍTICO E IDEOLÓGICO LENDO

O COMBATE IDEOLÓGICO TAMBÉM SE TRAVA COM LIVROS

SERVIÇO DE NOVIDADES «AVANTE!»
Ficha de Assinante

Nome .....
Morada .....
Localidade .....

Pretendo ser assinante das colecções:

- ☐ TODAS
- ☐ DOCUMENTOS POLÍTICOS DO PCP ___
- ☐ CADERNOS DO PCP ___
- ☐ DOCUMENTOS POLÍTICOS PARA A HISTÓRIA DO PCP ___
- ☐ RUMO AO SOCIALISMO ___
- ☐ PEQUENA BIBLIOTECA LÉNINE ___
- ☐ LENINIANA ___
- ☐ BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO ___
- ☐ CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO-LENINISMO ___
- ☐ ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO ___
- ☐ PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO ___
- ☐ RESISTÊNCIA ___
- ☐ CAMINHOS DA REVOLUÇÃO ___
- ☐ PARA A CRÍTICA DA IDEOLOGIA BURGUESA ___
- ☐ PROBLEMAS POLÍTICOS DO MOVIMENTO COMUNISTA E OPERÁRIO INTERNACIONAL ___

Nota: Indicar sobre o traço à direita o n.º a partir do qual deseja ser assinante.

Para o efeito remeto a quantia de .....$.....
em cheque / vale do correio n.º ..... sobre _____ (Banco ou estação do correio)

Data ..../..../.....

_____ (Assinatura)

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

O Partido Comunista Português realiza no próximo fim-de-semana algumas sessões de esclarecimento no intuito de manter sempre informados os trabalhadores sobre o desenrolar da situação política.

Assim, amanhã, pelas 21,30, no Centro de Trabalho da Cova da Piedade, realizar-se-á uma sessão de esclarecimento com a presença do camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central. Nesse mesmo dia e à mesma hora o camarada Dias Lourenço, director do nosso jornal, participará numa sessão de esclarecimento no cinema da Costa da Caparica.

No sábado efectuar-se-á sessões de esclarecimento, pelas 21,30, em Terras da Costa e na Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, à Esperança, em Lisboa. Também no mesmo dia haverá nos Centros de Trabalho da Trafaria e da Costa da Caparica sessões de convívio destinadas às crianças e organizadas pelos militantes comunistas dessas zonas.

ASSEMBLEIA POPULAR EM GONDOMAR

Defender os interesses do povo

A realização, no passado dia 13 deste mês, da Assembleia Popular de Gondomar foi o resultado do trabalho e do apoio de 75 organizações populares do concelho e teve como objectivo reforçar e alargar a organização do povo desta localidade e estreitar os laços de cooperação e amizade entre as diferentes organizações de base dando um passo em frente na resolução dos problemas mais prementes do concelho.

Esta Assembleia, cujo programa foi debatido durante, praticamente todo o dia, contou com a presença de todos os membros das Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores, Comissões de Pais, Comissões Sindicais, Corpos Gerentes de Colectividades e Cooperativas da zona, pelo que veio a constituir uma importante jornada de luta em prol da consolidação e expansão do movimento popular.

Os objectivos que nortearam esta Assembleia ficaram bem expressas na mobiliza o das massas para a luta, mostrando que a participação das classes trabalhadoras no destino do concelho será a garantia de que as conquistas revolucionárias alcançadas com o 25 de Abril não serão perdidas.

Os trabalhos, que decorreram num ambiente de cordialidade, caracterizam-se especialme e pela cobertura, bastante completa, dos factores dominantes da vida quotidia a dos trabalhadores. Durante os períodos de trabalho funcionaram quatro secções espe íficas, nas quais se abordaram respectivamente: habitação, saneamento, transportes, control operário, problemas relacionados com as actividades laborais, ensino, saúde, assistência, colectividades e cooperativas, arrendamento rural, problemas de pequenos agricultores e respectivas ligas.

A ampla discussão destes temas contribuíu para o abrir de melhores perspectivas de trabalho tendo em conta o melhoramento das condições de vida e segurança social dos que nas fábricas, nos campos, nos quartéis e nas escolas se batem com firmeza e decisão pelo avanço do processo revolucionário.

No final desta Assembleia ficou bem vincada a firme disposição dos presentes em:

a) Mobilizar as massas para a luta antifascista em defesa dos interesses legítimos do povo trabalhador e organizar a sua participação na resolução dos seus problemas;

b) Fortalecer a unidade e os laços de cooperação entre as diversas organizações pop lares do concelho, e entre estas e as de outros concelhos;

c) Fortalecer a unidade entre o povo do concelho e o MFA, localmente representado pela ADU do Regimento de Transmissões;

d) Desenvolver a luta contra a exploração a que estão submetidos os trabalhadores e os pequenos agricultores, lutando por uma economia ao serviço do povo, pelo controle operário da produção, pela defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária.

NOVO CENTRO DE TRABALHO

A abertura de locais de trabalho onde os trabalhadores possam organizar-se e conviver é uma tarefa importante, indispensável para o avanço do processo revolucionário. Ali os trabalhadores podem discutir e estabelecer formas de luta pelos seus direitos, trocar experiências e consolidar a unidade da classe trabalhadora, factor indispensável para se conseguir a vitória.

Assim e correspondendo à adesão sempre crescente dos trabalhadores, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP inaugura no próximo sábado, em Santos-o-Velho (Lisboa) mais um Centro de Trabalho que se destina principalmente aos militantes comunistas daquela zona da cidade.

ASSEGURANDO O PRESENTE A POLÓNIA CONSTRÓI O FUTURO DO SEU POVO

O VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco que se realizou durante a última semana foi a confirmação da classe trabalhadora da Polónia em avançar na via do socialismo, assegurando o bem-estar social e económico para todo o povo e reforçando os laços do internacionalismo proletário

A sessão plenária final do VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco (POUP) que aprovou as conclusões finais elegeu o novo Comité Central do Partido. Como se esperava a figura de Gierek, que nos últimos anos, através da sua política realista, tem feito avançar a Polónia no caminho do desenvolvimento social e económico, manteve-se no desempenho das suas funções de secretário-geral do POUP. As alterações efectuadas foram mínimas e dizem respeito, unicamente, a um rejuvenescimento do Partido. Assim, o novo Comité Central em vez de 132 membros passa a contar com a presença de 140 e mais 111 membros suplentes. A Comissão Política do Comité Central é constituída por 14 membros dos quais o mais novo tem cerca de 42 anos e pela primeira vez sobe àquele escalão da hierarquia do Partido.

Numa conferência de Imprensa que se realizou logo após o Congresso um dos representantes da Comissão Política presentes salientou que a linha esboçada em 1971 pelo VI Congresso é agora uma realidade que vai prosseguir nos próximos cinco anos. Referiu ainda que a falta de perspectivas na metade dos anos sessenta foram a causa de muitas fraquezas mas que a claridade das perspectivas na segunda metade dos anos setenta vão transformar radicalmente a vida do povo polaco. Frisou, igualmente, toda a atenção que o VII Congresso tinha dado ao aspecto qualitativo da produção e depois de recordar o espírito de internacionalismo proletário que se viveu em Varsóvia, onde durante o Congresso estiveram presentes cerca de 70 delegações de partidos irmãos, de partidos socialistas e de movimentos de libertação, o orador manifestou publicamente a intenção da Polónia Popular estreitar cada vez mais os seus laços com a União Soviética, bem como intensificar as relações com os países capitalistas desde que sejam garantidos os interesses mútuos e frisou o apoio da Polónia a todos os movimentos de libertação e aos países do Terceiro Mundo de forma a assegurar a soberania desses países e o seu desenvolvimento económico.

A nomeação de Edward Gierek para o cargo de secretário-geral do POUP, que foi longamente aplaudida pelos delegados, é a garantia de que o socialismo e as vantagens que ele traz continuarão a desenvolver-se na Polónia. E o povo polaco sabe isso e não hesitará nos esforços para o tornar uma realidade que se avizinha.

TER EM CONTA O PRESENTE E PLANIFICAR O FUTURO

O VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco, que terminou na sexta-feira passada, vem permitir novos passos na via do socialismo para os trabalhadores e o povo polaco.

Ocupando já um lugar preponderante na economia mundial, a Polónia pretende assim ultrapassar as metas que se impôs de bem-estar e segurança social de acordo com a ideologia marxista-leninista. E os trabalhadores não se poupam a esforços no sentido de que a produtividade aumente, ao mesmo tempo que procuram melhorar a qualidade da produção.

O VII Congresso constituiu pois a concordância de todos os trabalhadores com as linhas gerais traçadas no VI Congresso do POUP, realizado em Dezembro de 1971, e durante o qual uma nova política económica e social foi encetada. Nos cinco anos que se seguiram numerosos são os exemplos de que na quase totalidade dos planos estabelecidos as metas foram alcançadas e em muitos casos largamente ultrapassadas.

Não significa isto que não haja problemas na Polónia. Simplesmente, os problemas que aqui surgem — num país que ficou completamente devastado pela II Guerra Mundial e convém recordar que a capital, Varsóvia, ficou destruída em mais de 80 por cento e presentemente encontra-se totalmente reconstruída e segundo o traçado que possuia anteriormente — dizem respeito aos reajustamentos necessários ao desenvolvimento crescente, nunca à solução de problemas que foram esquecidos ou deliberadamente menosprezados. A título de exemplo, pode-se referir que um dos aspectos que neste momento ocupou as atenções dos congressistas foi, entre outros, a questão dos transportes colectivos. Na verdade, centenas e centenas de autocarros e eléctricos — naquela cidade os eléctricos circulam nas faixas centrais a grande velocidade sendo portanto um transporte rápido e cómodo — juntamente com alguns milhares de táxis percorrem durante todo o dia as artérias da capital. Pode-se dizer que o tempo máximo de espera numa paragem é de cinco minutos. No entanto, o problema dos transportes continua a ser estudado para que a cidade não venha a ser apanhada desprevenida devido a um aumento demográfico e não existam es estruturas necessárias para satisfazer a procura de utentes. Assim é a sociedade socialista — tem em conta o presente e planifica para o futuro.

O PALÁCIO DA CULTURA: UMA OFERTA DA URSS

Foi no grande anfiteatro do Palácio da Cultura e da Ciência, em Varsóvia, oferta da União Soviética e construído entre 1952-1955, que decorreram as sessões plenárias do VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco.

O Palácio da Cultura, cuja presença imponente se faz notar de qualquer ponto da cidade, tem 234 metros de altura. Com 3288 salas estão ali instalados a Academia Polaca das Ciências, cerca de quinze cadeiras e institutos da Universidade de Varsóvia, a comissão polaca da UNESCO, a secção polaca do PEN Club, quatro teatros, respectivamente com 750, 540, 280 e 120 lugares, quatro cinemas, a Sociedade de Vulgarização Científica, o Museu da Técnica, o Museu Zoológico da Academia Polaca das Ciências, o Palácio dos Jovens e alguns restaurantes e cafés. No quinto andar do Palácio da Cultura existe um estúdio de televisão e um tele-cinema. O Palácio dos Jovens que ocupa toda uma ala deste enorme edifício é composto por várias salas, «ateliers» e laboratórios e ainda as mais diversas secções como arte, desporto, «ballet», entre outras. Uma piscina coberta e uma biblioteca com perto de 40000 volumes completam as instalações dos jovens.

Foi pois na Sala de Congressos, que por vezes é transformada em sala de cinema e pode conter mais de três mil pessoas, que decorreram as sessões plenárias do VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco.

Estiveram presentes 1811 delegados representando os diferentes órgãos e secções do POUP e ainda delegações de 53 partidos comunistas, bem como delegações de partidos socialistas, nomeadamente do Chile, Itália, Bélgica e Espanha e algumas jovens nações africanas como Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. A delegação do Partido Comunista Português que esteve presente desde o primeiro dia do Congresso era composta pelo camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e José Carlos Almeida, membro suplente do Comité Central.

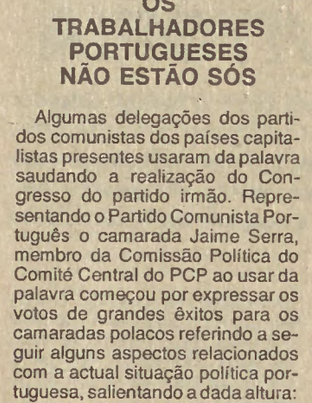
A presença de Leonid Brejnev, que chefiava a delegação do Partido Comunista da União Soviética ao Congresso, constituiu mais um reforço nos laços de amizade que unem os dois países. Amizade que se fez notar pela forma calorosa como a presença do camarada Brejnev foi saudada pela assistência e mesmo pelos representantes dos órgãos de informação.

Usando da palavra no decorrer do segundo dia dos trabalhos do VII Congresso do POUP o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Leonid Brejnev, transmitiu ao povo polaco as saudações calorosas e a expressão da solidariedade fraternal dos comunistas soviéticos, cuja intervenção publicamos noutro local.

OS TRABALHADORES PORTUGUESES NÃO ESTÃO SÓS

Algumas delegações dos partidos comunistas dos países capitalistas presentes usaram da palavra saudando a realização do Congresso do partido irmão. Representando o Partido Comunista Português o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP ao usar da palavra começou por expressar os votos de grandes êxitos para os camaradas polacos referindo a seguir alguns aspectos relacionados com a actual situação política portuguesa, salientando a dada altura:

O PCP, consciente das responsabilidades que lhe cabem como Partido da classe operária e grande partido nacional, concentra neste momento os seus esforços na luta por uma solução política para a crise, baseada na negociação e na formação de uma vasta frente social, política e militar, antifascista, democrática e progressista, que reuna todos os que de uma ou de outra forma, querem defender a liberdade e que reagrupe as forças empenhadas na defesa das conquistas essenciais da Revolução portuguesa.



Edward Gierek

Apesar das dificuldades do momento presente, o PCP está firmemente convicto de que há forças poderosas suficientes para fazerem frente aos perigos do fascismo, para defenderem as liberdades, para construirem o novo Portugal democrático rumo ao socialismo.

E mais adiante:

No cumprimento das suas tarefas revolucionárias, os comunistas, os trabalhadores e o Povo de Portugal sabem que não estão sós. Como no passado, estamos seguros de poder contar sempre com a solidariedade internacional, nomeadamente a da comunidade socialista da qual a República Popular da Polónia é parte integrante. Estamos certos de que os laços fraternais que desde há muito unem os nossos dois partidos se reforçarão ainda mais e que se desenvolverão e alargarão os laços de solidariedade e de fraternidade entre o povo polaco e o povo português, a cooperação e amizade entre a Polónia socialista e o novo Portugal democrático.

ENCONTRAMO-NOS NO CAMINHO JUSTO

O relatório apresentado pelo secretário-geral do Partido Operário Unificado Polaco, camarada Edward Gierek, durante a abertura do Congresso pôs a tónica sobre o novo desenvolvimento dinâmico da edificação do socialismo, salientando a necessidade de uma qualidade superior do trabalho e das condições de vida da nação.

Na sua intervenção Gierek recorda que o actual programa para a nação polaca «é um programa que tem em vista prosseguir e desenvolver, de maneira criadora, a política escolhida há cinco anos». Política essa que fez as suas provas, que permitiu vencer sérias dificuldades, que acelerou o desenvolvimento do país e a elevação do nível de vida dos trabalhadores e que trouxe um reforço às relações sociais e ao estado socialista. Por tudo isto, acrescentou Gierek, «nós encontramo-nos no caminho justo e devemos perseverar nesta via». E afirmou ao terminar:

«Nós temos, camaradas delegados, as experiências criadoras destes últimos anos. Dispomos das ricas aquisições resultantes da discussão que se realizou antes do Congresso. Vemos claramente os nossos objectivos. Representamos a vontade e o conhecimento do Partido».

Por seu turno o presidente do Conselho de Ministros da República Popular da Polónia e membro da Comissão Política do CC do POUP, camarada Piotr Jarosewicz, leu perante os delegados um relatório apontando as previsões do desenvolvimento social e económico para os próximos cinco anos. Entre outros aspectos salientou que serão destinados aos investimentos de produção uma soma superior a dois biliões de zlotys, ou seja mais 550 milhões do que nos últimos cinco anos, soma essa que será utilizada principalmente para aumentar a extracção de matérias-primas, em particular o carvão e o cobre, e também a produção do ferro e do aço; para desenvolver e modernizar a base material da economia alimentar, principalmente da agricultura e da indústria alimentar; para desenvolver as capacidades de produção das indústrias de transformação, como o ferro e o aço, bem como a indústria electromecânica, química, a indústria da madeira e do papel e a indústria ligeira; a indústria da construção civil e ainda todos os géneros de transportes e portos marítimos.

A DELEGAÇÃO PORTUGUESA VISITOU POZNAN

A exemplo das delegações que se deslocaram à Polónia a delegação do Partido Comunista Português visitou juntamente com a delegação do Partido do Trabalho da República Popular do Congo uma instalação fabril situada na cidade de Poznan, a fábrica «H. Cegielski» que produz tornos automáticos e motores para navios.

Recebidos no aeroporto pelo secretário do Comité de distrito do Partido foram oferecidos às delegações cravos vermelhos. Após uma breve recepção nas instalações do Comité distrital do Partido onde os membros locais do POUP informaram os convidados dos problemas actuais do trabalho do Partido no distrito, as delegações seguiram para a fábrica.

Recebidos pelo director da fábrica «H. Cegielski» que prestou aos convidados várias informações sobre o papel que desempenham aquelas instalações fabris na vida económica do país, as delegações visitaram pormenorizadamente os locais de trabalho e ainda o museu onde tiveram oportunidade de conhecer a história da fábrica e de verem a exposição que ilustra a produção actual. Nas oficinas de produção de tornos automáticos e motores para navios, grandes dísticos saudavam os representantes dos partidos irmãos e evocavam o internacionalismo proletário que unem todas as forças da paz e do progresso. Respondendo à saudação de que eram alvo por parte dos trabalhadores os membros da delegação portuguesa corresponderam de punho erguido.

Pelas três horas da tarde realizou-se no ginásio da fábrica um comício de solidariedade onde estiveram presentes cerca de 3000 trabalhadores. Depois da orquestra da empresa ter tocado a «Internacional» que foi entoada por todos, o primeiro-secretário do comité da fábrica saudou os visitantes e manifestou a satisfação pelo facto de os camaradas dos partidos irmãos presentes poderem constatar a tradição polaca no domínio do movimento operário e das aquisições sociais e económicas.

Agradecendo a manifestação de solidariedade de que era alvo a delegação portuguesa o camarada Jaime Serra proferiu uma saudação, em que salientou:

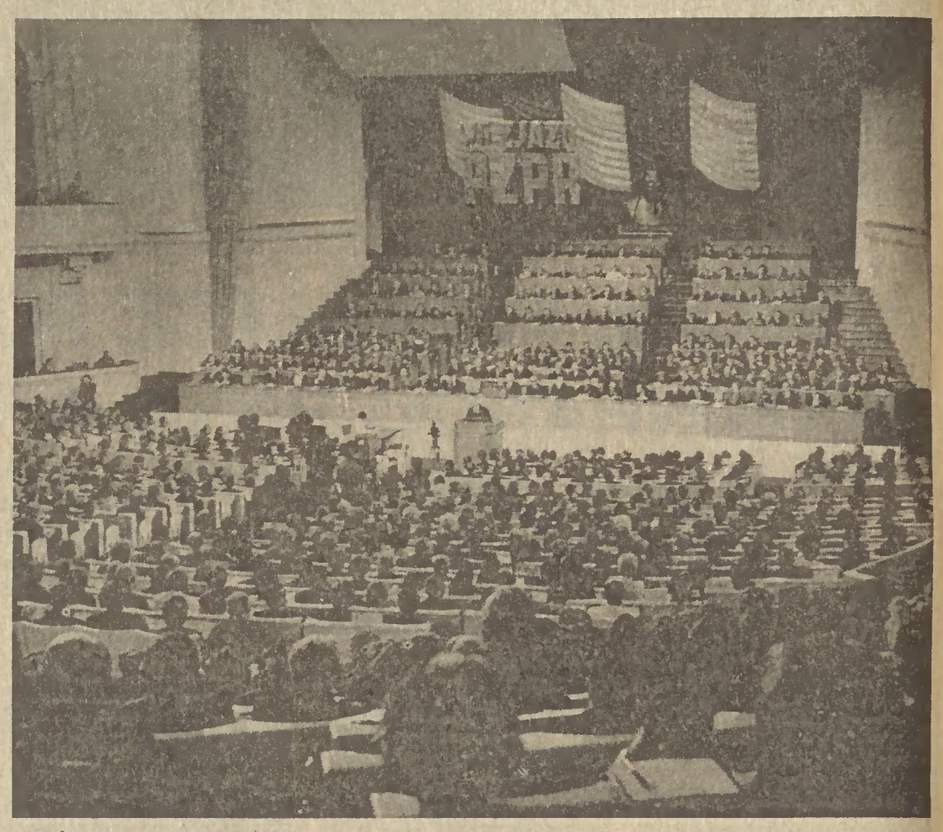
É com profunda alegria que vimos assistindo ao desenvolvimento das relações e contactos amigáveis entre os povos e os trabalhadores da Polónia e de Portugal. Os nossos dois povos têm, cada um pelo seu lado, uma história e uma cultura milenárias. Ambos prezam no mais alto grau a independência nacional e ambos tiveram que lutar por ela ao longo dos séculos. No outro extremo da Europa sofremos com os vossos sofrimentos, luto e humilhações durante a ocupação nazi-fascista. Vivemos a alegria da vossa libertação tal como hoje vivemos com muito interesse os vossos triunfos na construção da Polónia socialista.

Em Portugal, sentimos muitas vezes, no passado, o calor da solidariedade internacionalista dos trabalhadores polacos no decorrer da nossa luta de libertação da ditadura fascista.

Liberto da praga fascista e reconquistada a liberdade com a Revolução do 25 de Abril de 1974, o povo português só se considerou verdadeiramente livre com a libertação completa dos povos coloniais, cujo processo de descolonização foi então acelerado até à vitória final, não obstante as dificuldades e entraves que o imperialismo impôs e impõe ainda hoje.

Recordando depois que a luta dos trabalhadores portugueses não é fácil e que as classes exploradoras não se resignam facilmente a desaparecerem do palco da história e tendo salientado as manobras que a reacção e os seus aliados têm levado a efeito para atingirem o Partido Comunista Português, o camarada Jaime Serra manifestou a confiança das classes trabalhadoras na vitória final ao afirmar:

Estamos confiantes de que, enfrentando com serenidade e determinação as actuais dificuldades e certos da solidariedade proletária internacional, os comunistas portugueses, a classe operária, juntamente com todos os demais revolucionários saberão conduzir o povo português no caminho luminoso da sociedade sem classes, a sociedade socialista».



Aspecto geral da sessão inaugural do VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco

DISCURSO DO CAMARADA BREJNEV

O camarada Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, agradece os aplausos dos delegados quando terminou o seu discurso

A presença do camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética no Congresso do Partido Operário Unificado Polaco constituiu mais um reforço nos laços de amizade entre os dois povos, de acordo com o espírito de internacionalismo proletário que une todos os comunistas

O discurso que o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Leonid Brejnev, proferiu no segundo dia dos trabalhos do VII Congresso do Partido Operário Unificado Polaco foi seguido atentamente por todos os delegados presentes que já no dia anterior tinham saudado calorosamente a presença do camarada soviético entre eles.

Começando por expressar as saudações calorosas e a solidariedade fraternal dos comunistas soviéticos, Leonid Brejnev acrescentou:

O VII Congresso do vosso Partido estabelece o balanço de um período muito importante no desenvolvimento da Polónia Popular. O relatório do camarada Gierek apresentou um panorama vasto dos sucessos do Partido e do Povo mostrando nitidamente e multilateralmente as mudanças significativas que se produziram durante os últimos anos em todos os domínios da vida da sociedade polaca.

Penso não só nos êxitos concretos do quinquénio passado, mas também na atmosfera que domina actualmente todo o país, no reforço da autoridade do Partido, no activo apoio das massas trabalhadoras à linha política do seu Comité Central, encabeçado por um eminente dirigente da Polónia Popular, da comunidade socialista e do movimento comunista mundial, o camarada Edward Gierek.

O Partido Operário Unificado Polaco chegou ao seu VII Congresso unido e seguro das suas forças e isto é importante. Os seus êxitos têm, segundo o nosso ponto de vista, uma importância tanto maior por terem sido obtidos em condições que não foram fáceis. O enorme trabalho organizador para a realização das resoluções do VI Congresso, para aperfeiçoamento da gestão da economia, para se manterem vivos os contactos entre os órgãos centrais e o povo e por uma atenção permanente e dedicada aos problemas da educação política das massas deram os seus frutos.

Recordando que não tinha dúvidas de que os comunistas polacos realisarão todos os seus projectos, o camarada Brejnev acrescentou:

A cooperação multilateral sovieto-polaco tornou-se há já muito tempo um factor importante no avanço dos nossos dois países. De quinquénio em quinquénio multiplicam-se os resultados desta cooperação e o seu campo de actividade alarga-se.

Procedemos actualmente a uma coordenação profunda dos planos de economia nacional, unimos os nossos esforços tendo em vista resolver os grandes problemas económicos, asseguramos em comum um desenvolvimento mais rápido da ciência e da técnica. A troca de experiências na edificação do socialismo e do comunismo torna-se cada vez mais alargada e frutuosa. Isto conduz a uma união mais profunda dos nossos povos e reforça entre os milhões de polacos e de soviéticos os sentimentos de uma verdadeira amizade e fraternidade, assim como um vivo interesse comum pelos resultados obtidos.

Mais adiante, o camarada Brejnev depois de recordar que passavam setenta anos desde que se realizou o Levantamento Armado de Dezembro, em 1905, uma das mais honrosas páginas da primeira revolução da Rússia e na qual os operários polacos de Varsóvia, Lodz e Dabrowa se uniram ao proletariado russo, salientou *que as tradições de solidariedade revolucionária daqueles anos, tão remotos já, vivem nos nossos dias, na época da construção do socialismo e do comunismo* e que encontram a sua expressão *na unidade combativa dos nossos partidos, na aliança política duradoira dos nossos Estados e na inquebrantável amizade dos povos soviético e polaco.*

Revelando a seguir que na União Soviética se prepara activamente a realização do XXV Congresso do PCUS referiu depois que considera como dever dos comunistas soviéticos fazer tudo o que for necessário para que a sociedade socialista se fortaleça e desenvolva.

Seguidamente o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética acrescentou:

Queria assegurar ao vosso Congresso que a unidade, a amizade e a fraternidade eram, são e serão a essência da atitude do Partido Leninista e do Estado Soviético para com a Polónia.

O socialismo aproxima os povos, une-os numa família harmoniosa que respeita os direitos e as normas do internacionalismo socialista.

A comunidade dos Estados socialistas constitui uma das obras mais magníficas da nossa época, um factor que deixa traços cada vez mais profundos e mais duráveis em toda a vida internacional contemporânea.

E mais adiante:

Entretanto, os povos desejosos de paz de todos os continentes convencem-se pelas suas próprias experiências que, onde se trata de derrotar os golpes dos agressores, prevenir contra o perigo da guerra e consolidar a paz, desenvolver uma cooperação pacífica entre os países baseada sobre a igualdade de direitos, ou lutar pela liberdade e o progresso social, podem contar com o apoio dos países socialistas. A nossa política comum era e é uma política leninista consequente na defesa da paz, da liberdade e da independência dos povos, assim como da justa causa dos trabalhadores.

No final o camarada Leonid Brejnev evocou o espírito da Conferência para a Cooperação e Segurança Europeia sublinhando a importância do documento final aprovado, do qual alguns países capitalistas pretendem aproveitar apenas as partes que lhes são favoráveis, frisando ao terminar *que os comunistas continuarão a fazer tudo o que esteja ao seu alcance para que a Terra não seja afectada pelas chamas do incêndio nuclear, para que os povos possam viver, desenvolver-se e realizar as suas tarefas nas condições de uma paz duradoura, da independência e da liberdade.*

SORTEIO DE UM EMBLEMA DE OURO PCP

A célula dos pequenos e médios comerciantes de Lisboa, promotora desta iniciativa, comunica que o sorteio, previsto para amanhã, dia 19, foi adiado para 26 de Fevereiro próximo.

MCO SOCIALISTAS COMUNISTAS

Colecção: Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

Preço: 40$00 Código: 62.02

ENCONTROS DA DELEGAÇÃO PORTUGUESA

O responsável da delegação do Partido Comunista Português que se deslocou à Polónia para assistir ao VII Congresso, o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central, teve um encontro com o secretário-geral do POUP, Edward Gierek e o presidente do Conselho de Ministros, Piotr Jarosewiez, a convite dos camaradas polacos. Nesse encontro foi entregue ao camarada Gierek um álbum de desenhos do camarada Álvaro Cunhal, o qual seguiu para o museu do Partido Operário Unificado Polaco.

Durante a visita da delegação do PCP, com a delegação do Partido do Trabalho do Congo, à fábrica de motores para navios H. Cegielski

informação

- O secretário de imprensa da Casa Branca, Ron Nessen, a propósito dos mais recentes acontecimentos ocorridos em Timor, afirmou: «O presidente está a seguir a situação e é justo afirmar que os Estados Unidos preocupam-se sempre com o emprego da violência. O presidente espera que a situação possa ser solucionada pacificamente». Não são declarações que nos possam sossegar. Sobretudo quando baseadas num tão estranho argumento como a preocupação dos Estados Unidos com o emprego da violência. Quem a semeia, então?

- As nações europeias membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) concordaram em reunir-se no próximo mês com a França a fim de tentarem criar uma agência conjunta para a compra de armas, independente da Aliança Atlântica.

- Continuam os atentados provocados pelas organizações fascistas argentinas, nomeadamente a AAA (Aliança Anticomunista Argentina) que é responsável por numerosos assassinatos nos últimos meses. Há dias foram assassinados nove estudantes.

- Uma equipa de cinco homens da rede de televisão belga foi expulsa do país depois de ter sido presa quando filmava recontros entre a polícia e manifestantes em frente da prisão de Carabanchel, em Madrid.

- Tropas israelitas, disparando tiros para o ar, reprimiram cerca de mil jovens árabes que protestavam contra a ocupação sionista da margem ocidental do Jordão. Participaram na acção repressiva cerca de 350 soldados e 20 carros blindados.

- Na senda das desnacionalizações, encetada com o golpe fascista contra o regime progressista de Allende, quatro importantes bancos chilenos, que estavam em poder do Estado, voltaram à actividade privada.

- Eleva-se a 1004 o número de pessoas mortas por desidratação, este ano, em São Paulo. O aumento de casos de desidratação deve-se à elevação da temperatura e à falta de boas condições higiénico-sanitárias e de alimentação.

- A resistência ao regime fascista chileno cresce dia a dia – salienta o semanário peruano «Marka», acrescentando que «se está a trabalhar para criar as condições de base para a derrota política e militar da ditadura».

- No decurso de uma visita a Dakar, o ministro da Defesa e Segurança de Cabo Verde declarou que o seu país apoia resolutamente o MPLA na sua luta pela libertação de Angola, contra as forças de intervenção estrangeira. O ministro de Cabo Verde relembrou a posição comum do seu país, de Moçambique e da Guiné-Bissau, que se dispõem a conceder à República Popular de Angola um auxílio concreto, nomeadamente no campo militar, para expulsar as forças invasoras que agem a coberto de movimentos fantoche.

- A Assembleia Geral da ONU votou, por esmagadora maioria, uma resolução apresentada por um grupo de países árabes, Cuba, Índia e Jugoslávia, que condena os ataques aéreos israelitas contra os campos de refugiados palestinianos, e exige a Israel a cessação de tais ataques.

- O Conselho Mundial da Paz denunciou a agressão Indonésia contra Timor Oriental. A intervenção das tropas indonésias é classificada como grosseiro acto de violação da lei internacional. O Conselho Mundial da paz apela a todos os partidários da Paz para se pronunciarem contra esta intervenção.

- O poder de compra, nos Estados Unidos, sofreu este ano uma baixa de 5,6 por cento.

- A produção de aço, diminui este ano, na RFA, cerca de 23,3 por cento em relação ao ano passado. Também a economia japonesa reflecte a profunda crise do mundo capitalista, em particular a siderurgia, a indústria química, a metalurgia não ferrosa e outros ramos fundamentais da economia nacional.

- Os 16 700 empregados da «United Airlines», uma das mais importantes companhias aéreas americanas que servem as linhas internas, estiveram em greve por aumentos salariais. Os aviões de uma outra companhia aérea americana, a «National Airlines», estão imobilizados há dois meses – os grevistas exigem aumento de salários e melhoria das condições de trabalho.

- 1 500 operários da fábrica londrina de motas «Wolverhampton», estão em greve há cerca de quatro meses, como protesto contra as intenções expressas da administração da fábrica de fechar a empresa e lançar no desemprego a maioria dos trabalhadores.

- A Federação Sindical Mundial lançou um apelo aos trabalhadores e sindicatos de todos os países, à opinião pública internacional, para que condenem a nova vaga de repressão, contra os trabalhadores e os democratas, desencadeada pelas autoridades do Uruguai. A FSM exprime a sua solidariedade incondicional aos trabalhadores do Uruguai e à sua central sindical, exige o fim da repressão, a libertação de todos os patriotas presos, o restabelecimento das liberdades sindicais e democráticas.

- Milhares de pessoas assistiram, na cidade boliviana de Potosi aos funerais de três dos cinco estudantes bolivianos assassinados em Córdoba, na Argentina, por um bando de extrema direita. Dirigentes universitários e três mineiros, expressaram a sua indignação pela violência sistemática utilizada pela extrema direita, e exigiram do Governo boliviano que exerça pressão sobre as autoridades argentinas, para que os criminosos venham a ser punidos.

- O Conselho da Organização dos Estados Unidos Americanos (OEA) recusou a proposta norte-americana de alterar o conceito de «segurança económica colectiva» proposto pelo Perú, incluído no contexto das reformas de direito inter-americano de assistência mútua. Esta lei considera, nomeadamente, como delito face aos tribunais internacionais, o bloqueio imposto pelos Estados Unidos a Cuba.

CIA: um relatório cúmplice

A Comissão Senatorial Especial criada nos Estados Unidos para inquérito sobre as actividades dos serviços de espionagem americanos (CIA), elaborou um relatório que veio recentemente a público. Esse relatório refere o que de há muito a opinião pública internacional estava informada. Um somatório de factos que apontam para a realidade insofismável de que a CIA prepara e participa em assassinatos de dirigentes políticos, cuja actividade se lhe torna incómoda. Que o assassinato é arma correntemente utilizada na política externa americana. Que as actividades da CIA se processaram sempre, e continuam a processar-se, com pleno conhecimento, apoio e, até, instigação dos presidentes americanos.

Ainda em Dezembro de 1974, o Conselho de Segurança Nacional promulgou uma directriz confidencial autorizando a CIA a realizar operações secretas, incluindo actos de sabotagem. A actividade da CIA não sofre, na prática, qualquer tipo de restrição.

A lista de assassinatos é significativa e está longe de ser completamente conhecida. O relatório da Comissão Senatorial limita-se a referir os casos mais salientes, de há muito publicamente conhecidos e divulgados por toda a Imprensa internacional, nomeadamente através da publicação de confissões de ex a) entes desta sinistra organização.

São apresentadas provas concretas da organização, pela CIA, de pelo menos oito tentativas de assassinar Fidel Castro, no período entre 1960 e 1965. Em todas estas tentativas foram utilizados reaccionários cubanos e gangsters da Mafia norte-americana, «que os EUA ajudavam materialmei te e estimulavam».

Foi igualmente a CIA que elaborou os planos criminosos de assassinato do grande lutador pela libertação do povo congolês, Patrice Lumumba. Depois de uma sessão do Conselho de Segurança Nacional, em Agosto de 1960, um dos conselheiros do presidente Eisenhower recordou ao «grupo especial» que era necessário tomar medidas directas contra Lumumba e propôs que não fosse excluída a possibilidade de uma acção que pudesse contribuir para a eliminação física de Lumumba. No Outono de 1960, agentes especiais da CIA foram encarregados dessa criminosa missão. A ordem de assassinar Lumumba foi dada pelo próprio presidente Eisenhower. Em princípio as tentativas directas da CIA fracassaram. Mas em Janeiro de 1961, Lumumba foi selvaticamente assassinado.

O rastro de sangue deixado pela CIA é imenso. Salpica todos os continentes, os mais diversos países. O assassinato, individual ou colectivo, é norma da política interna e externa norte-americana. As guerras desencadeadas no México, na Coreia, no Vietnam, a sangrenta sufocação do levantamento dos «ghettos», a execução de estudantes, o assassinato de Martin Luther King, dos irmãos Kennedy, os exemplos do Congo e do Chile – constituem exemplos elucidativos do emprego sistemático da arma do crime e da provocação sempre e quando estão em causa os interesses dos grandes monopólios americanos, a sua política de rapina mundial, a estrutura interna de real sufocação das liberdades tão insistentemente proclamadas.

Actualmente estão a ser feitas tentativas de impedir o inquérito sobre os actos de sabotagem da CIA. Por exemplo, os materiais relacionados com as investigações da Comissão foram destruídos depois da elaboração do relatório, por ordem do ex-director da CIA.

Sem dúvida que, em si, a criação de uma comissão encarregada de tornar públicos alguns dos crimes cometidos pela CIA não surge como um acto voluntário do governo americano, a quem serve, mas é fruto da pressão nacional e internacional da opinião pública. Em todo o caso, o facto é suficientemente es ranho, para que a própria Comissão Senatorial, no relatório elaborado, sinta necessidade de o justificar. Fá-lo com frases altissonantes mas bem pouco convincentes. «A verdade sobre as acusações de assassinatos deve ser levada ao conhecimento da opinião pública, porque a democracia é fundada sobre a total elucidação do eleitorado»– afirma-se. «A comissão considera que, mesmo que isto possa causar, provisoriamente, alguns danos ao nosso país, os povos dos outros países, após aprofundada reflexão, talvez si am um maior amor aos Estados Unidos se lhes mostrarmos que mantemos a nossa fé nos ideais democráticos, e não nos condenarão por erros que nós próprios publicamente denunciámos» – acrescenta o relatório.

O argumento –com um sabor arreigadamente jurídico – seria por demais ridículo, se não se pretendesse, desta forma, justificar também o injustificável. É caso para recordar que, nos Estados Unidos, o assassinato é punido com a pena de morte. Não, evidentemente, o assassinato cometido com a ordem e o aval da Presidência da República. Como pode agora pretender uma «comissão de investigação» das actividades da CIA o perdão universal para os inqualificáveis crimes do imperialismo americano, que, entretanto, não deixam de se multiplicar?

Os argumentos justificativos do relatório da Comissão Senatorial não pretendem enganar ninguém. Tenta-se simplesmente de reavivar as mortas cores «democráticas» da «democracia» americana.

Quanto ao relatório em si, é importante realçar certos aspectos elucidativos.

A composição da Comissão – como foi oportunamente denunciado pelo «Avante!» – alertava de imediato para os propósitos bem pouco honestos que tinha de facto em vista. Não é com agentes da CIA, e ainda menos com os seus mandatários, que se analisa a actividade desta organização criminosa.

Um outro facto ressalta de imediato. Nada é denunciado que não fosse de há muito do domínio público. O relatório limita-se a oficializar os aspectos da actividade da CIA que foram, entretanto, trazidos a lume. Não acrescenta nada de novo.

Mas o que é realmente mais importante é a forma como o conjunto de crimes denunciados é encarado. A Comissão considera compreensível a prática dos assassinatos políticos, por terem sido planeados e exe tados no contexto da «guerra fria global contra os comunistas», e serem justificados pela «defesa dos interesses norte-americanos», em diferentes regiões do mundo. Face à questão da legitimidade da prática do assassinato como forma de defender os interesses do imperialismo, a resposta apresentada pelo relatório é elucidativa: «A comissão não considera que os interesses dos Estados Unidos exigem, como no passado, que seja garantido aos países do mundo a possibilidade de utilizar o seu direito à autodeterminação e de resistir à dominação comunista».

A resposta é clara. À pergunta – é legítima a prática sistemática do assassinato, a provocação organizada, a arma da guerra e da agressão, o devastamento de largas zonas da terra pelas bombas americanas? – a Comissão Senatorial Americana, encarregada de investigar as actividades da CIA, responde inequivocamente – SIM. Um SIM dado à actividade que a CIA, como organização provocatória ao serviço do imperialismo, tem desenvolvido e ontinua a desenvolver. Hoje, como ontem, com o aval, e sob as ordens, dos mais destacados elementos dos centros de poder norte-americanos.

Uma outra ideia. Para a Comissão Senatorial, o direito de matar está ligado à necessidade de «defender a democracia». Seria, portanto, em nome de nobres ideais, mesmo em legítima defesa dos

mais respeitáveis direitos, seria até como paladina da justiça, que a CIA norte-americana, filha legítima do baluarte do imperialismo mundial, se sentiria obrigada a agir. O país que desde a Segunda Guerra Mundial mais morte semeou pelo mundo, o inimigo número um da verdadeira democracia e da liberdade, o usurpador, por excelência, dos mais elementares direitos dos povos, o mesmo que tem os seus homens de mão espalhados onde se constróiem sociedades livres e progressistas ou se age para derrubar a opressão – fá-lo em defesa da DEMOCRACIA. O crime está ilibado. Esvaziaram-se de sentido as palavras que exprimem os mais sentidos anseios das massas populares.

As multinacionais são arma do imperialismo no Brasil

Uma comissão parlamentar brasileira acaba de tirar uma espantosa conclusão. Na sua opinião, não há nada de grave, nem de lesivo dos interesses do povo brasileiro, na actuação das empresas multinacionais no Brasil.

Esta conclusão reflecte tanto mais a total submissão ao imperialismo das autoridades brasileiras e de toda a sua linha de actuação económica, quanto contrasta com o próprio relatório da subcomissão do Senado americano sobre tais empresas,no qual se afirma que «com quase metade da indústria sob controle estrangeiro, a actividade das empresas multinacionais é uma determinante crítica para a economia brasileira».

A actual situação de estreita dependência externa da economia brasileira, é inegável. 52 por cento do comércio externo do país corresponde a operações dos grandes monopólios de capital americano. O capital estrangeiro domina 43 por cento da indústria de minerais não metálicos, 72 por cento da indústria de aparelhagem eléctrica e de comunicações, 69 por cento da indústria de borracha e derivados. Controla igualmente a quase totalidade da indústria automóvel, e grande parte das de tabaco e vestuário.

O domínio sobre os sectores mais dinâmicos e lucrativos da economia brasileira permite às multinacionais assumir gradualmente o controle de toda a vida económica do país. Provoca, por outro lado, a ruína das pequenas e médias empresas, que são praticamente as únicas em que o capital brasileiro é dominante.

Entretanto, o déficit da balança comercial atingirá, este ano, o montante de 7 000 milhões de dólares. O salário mínimo dos trabalhadores brasileiros é inferior a 35 dólares mensais.

Da total dependência económica do Brasil em relação às multinacionais (e pela origem da maioria do capital destas, em relação aos Estados Unidos), do despudor com que tal indesmentível dependência é considerada coisa normal e de forma alguma nociva – ressaltam dois aspectos importantes da política brasileira.

O primeiro – a dependência económica arrasta forçosamente consigo a dependência política. Os mesmos que centram uma parte dos seus chorudos negócios no Brasil, não poderiam deixar de reivindicar posições políticas que lhes garantissem a continuidade dos mesmos. A posição de força de que partem – ao controlar a mais importante parte da economia brasileira – abre-lhes caminho certo para o domínio político. A realidade dos factos confirma esta verdade elementar, que desde sempre o capital se tem esforçado por ocultar. Assim Golberi do Couto e Silva, conselheiro de Ernesto Geisel, Shigeaki Ueki, ministro das minas e da Energia, Mário Enrique Simonsen, ministro das Finanças, são entre outros, representantes das multinacionais no aparelho de Estado do regime brasileiro. De notar os postos-chave ocupados por estes ministros, que mais não são do que funcionários das multinacionais que operam em território brasileiro. É neste contexto que se insere a presença de empresas de Estado que dominariam a infra-estrutura económica do país. Na realidade, estas empresas reflectem a dominação das próprias multinacionais ao nível de órgãos de poder político, e mais não são do que formas mascaradas de controle económico e político pelo capital norte-americano.

As decisões que afectam a vida do povo brasileiro, os destinos do seu país, não são tomadas em Brasília, mas nas reuniões dos conselhos de administração das multinacionais. Quem comanda a política interna e externa do Brasil, não é sequer Ernesto Geisel, mas a Casa Branca.

Da realidade da dominação económica e política do Brasil por interesses estrangeiros – e que se processa através da forma privilegiada e fundamental de domínio, o do sector económico –, ressalta uma outra questão particularmente importante.

O Brasil, imenso país lendariamente rico – e que virá um dia constituir uma das mais importantes nações da América Latina – insere-se numa zona do mundo que a mais miserável exploração por parte do capital internacional tem mantido numa situação de subdesenvolvimento. Actualmente regista-se, por todo o mundo subdesenvolvido, uma acentuada reacção contra a sua actual situação. Povos secularmente explorados, que se tentou reduzir pela fome a formas de escravidão mais ou menos encobertas, povos a quem se quiz sufocar toda a expressão cultural, lutam hoje, num combate unido de uma envergadura antes desconhecida, contra o imperialismo, pela defesa e recuperação da sua economia, por preços compensadores para os seus produtos nacionais, desvalorizados para melhor servir a economia do mundo capitalista.

O Brasil está a seguir o caminho inverso. Estimula os investimentos estrangeiros em sectores chave da sua economia, sacrificando às multinacionais a pequena e média economia, o nível de vida do seu povo, a liberdade impossível quando o que está em causa é a defesa intransigente dos interesses do capital, a própria soberania nacional.

Como consequência lógica de tal política de sujeição ao imperialismo, o Brasil é hoje uma arma actuante dos EUA na América Latina, uma pseudo-potência agressiva que, por conta dos EUA, auxilia governos fascistas, alinha com todas as posições e forças reaccionárias do continente, constitui uma permanente ameaça aos movimentos e processos progressistas na América Latina.

Hoje, o único verdadeiro Brasil, o único Brasil independente – é o das massas trabalhadoras, dos que lutam pela liberdade e pela democracia, por uma sociedade progressista. A esperança e a semente do Brasil do futuro.

O Brasil dos magnates e dos seus lacaios que recheiam os órgãos de Poder, nada tem a ver com o seu povo ou o seu país. Não passa de servil instrumento nas mãos experimentais da Casa Branca.

A agressão e a calúnia armas dos EUA em Angola

O representante dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Daniel Moynihan, tem vindo a repetir sucessivos ataques contra a União Soviética que, conforme caluniadoramente afirma, estaria a tentar «colonizar a África», intervindo na guerra que o imperialismo move em Angola.

A gratuita afirmação, por parte dos Estados Unidos, de intervenção soviética nos problemas internos de Angola, as calúnias grosseiras quanto às intenções colonialistas da União Soviética, são expressão de uma velha táctica, vulgarmente utilizada pelas forças da reacção, que consiste em acusar forças progressistas dos seus próprios intuitos e prática. Não é original. Mas é método com que se continua a pretender obter bons frutos e que, para já, não esgotou as suas potencialidades.

No caso concreto de África, e em particular de Angola, é sabido que a descolonização não operou verdadeiros processos de libertação por toda a parte. A palavra «neocolonialismo» não nasceu, nem poderia ter nascido, do nada. Radica numa realidade bem palpável. Muitos dos países que ascenderam à independência formal, não são hoje mais independentes do que outrora. Nuns casos, mantém-se a dependência em relação à antiga potência colonizadora. Noutros, outra potência surge a tomar posse das riquezas e do trabalho de terras e povos que aspiram à sua libertação. Muito sangue tem corrido em África, como na Ásia e na América Latina, para que a independência seja de facto libertação, para que à colonização inglesa, francesa, ou portuguesa, não suceda a dominação do imperialismo norte-amerciano. Guerras fratricidas fomentadas do exterior, bárbaros assassinatos, coroam a obra infame do imperialismo. Usando da sua experiência ímpar nos anais do crime, a CIA assassina, organiza complots, cria governos fantoches, falsas organizações libertadoras. Países profundamente reaccionários, ponta-de-lança do imperialismo neste ou naquele território, são os agentes mais próximos e actuantes da Casa Branca.

Pela sua riqueza, pela sua importância política decisiva no contexto de toda a África, em particular da África Ocidental, Angola é um trunfo que o imperialismo não deseja perder. A despeito das derrotas sofridas, insiste em manter as suas pretensões. A África do Sul, e outros países africanos, são peões no seu jogo. Como o são os pretensos movimentos de libertação. Os intuitos são claros. A arma da calúnia não os pode abafar. A nova nação, colonizadora, imperialista, que surge no continente africano, «armada, agressiva, envolvida no assalto directo ao território e ao povo africano» – é os Estados Unidos da América. E é tal o despudor de Washington, que nem atenua a gritante contradição entre a «preocupação» face à «crescente ameaça soviética», e o reconhecimento de que os Estados Unidos têm «tentado equilibrar» a situação em Angola. E como? A pedido de quem? Não nos consta que os EUA tenham participado em quaisquer negociações tendentes a impedir a agressão de que Angola tem vindo a ser sujeita, ou que tenham intervindo junto da África do Sul nesse sentido. Os povos do mundo conhecem bem a «voz persuassora» normalmente utilizada pelo imperialismo americano – a voz das armas, da chantagem e do crime.

O I CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA: MAIS UMA VITÓRIA DO POVO CUBANO

É uma luta que tem mais de cem anos de história e que nasce com as revoltas dos escravos, com os feitos dos guerrilheiros revolucionários, que engrossa com as movimentações operárias e camponesas em estreita aliança com os estudantes e intelectuais e que se estende até hoje num combate sem tréguas contra o imperialismo, a reacção e o fascismo.

Com este Congresso, as grandes tarefas que se impõem no contexto das actividades futuras compreendem entre outras: a implantação do Sistema de Direcção da Economia, a constituição dos órgãos de Poder Popular em todo o país.

As reuniões dos CDRs (Comités de Defesa da Revolução), juntaram cerca de mais de quatro milhões de membros, elaboraram sugestões e propostas que já foram entregues à comissão redactora do Congresso e que certamente irão enriquecer o Projecto de Constituição Socialista.

«Cuba não tem outra alternativa senão perecer ou vender ao estrangeiro», escrevia em 1798 o economista Arango y Parreno quando se referia às crises europeias ou norte-americanas que atingiram duramente as vendas de açúcar e de café desde 1812 a 1867. Paralelamente, a concorrência crescente da beterraba dos mercados da Europa ia criando aos cubanos, empenhados na cultura da cana-de-açúcar, problemas difíceis de resolver no quadro do sistema esclavagista. Em contraste com esta crise, os investimentos estrangeiros e a exploração desenfreada da força de trabalho iam originando focos de sublevação, como por exemplo em 1843 na região de Matanzas.

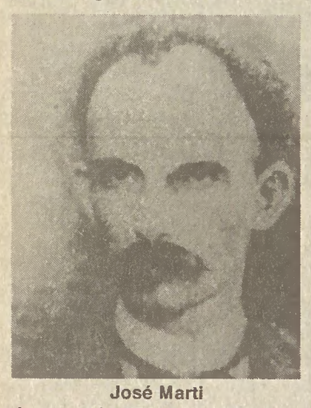
Contradições internas do regime esclavagista e do regime colonial, o enfraquecimento progressivo da Espanha e o poder crescente dos Estados Unidos iam-se reflectindo ao mesmo tempo na ideologia e na acção da burguesia crioula que lentamente se decide a suprimir o tráfico e a abolir a escravatura, enquanto se mostra mais à vontade para reivindicar a liberdade de comércio com os Estados Unidos e reformas administrativas (alfandegárias, comerciais e industriais) em seu proveito.

A burguesia exploradora vai, através dos meios mais conservadores, exprimir a sua teoria (o «anexionismo») assente nas bases de uma completa anexação de Cuba por parte dos Estados Unidos, esperando dela amplas vantagens económicas e a manutenção da escravatura no momento em que o governo espanhol lhes é suspeito de complacência para com a Inglaterra antiesclavagista.

Entretanto, a junta de informação negoceia em Madrid (1865-1868) um projecto de reformas que nunca viriam a ser aplicadas, porque a repressão fiscal aumenta à medida das aventuras coloniais da metrópole. A conjuntura económica dos anos de 1866 a 1868, particularmente sombria, e o abalo político provocado pelo derrubamento da rainha Isabel II aceleram o aparecimento de uma situação de instabilidade, na qual a agitação revolucionária começa a organizar-se em prol da independência.

O INÍCIO DA LUTA ARMADA

De 1868 a 1898 podem-se considerar três fases desta luta: uma primeira guerra dita dos «Dez Anos», até 1878, uma etapa essencialmente política marcada pela acção de José Marti, o verdadeiro catalisador da consciência nacional, e um terceiro período que desemboca finalmente na intervenção dos Estados Unidos e na eliminação da Espanha (1895-1898).



José Marti

O movimento parte do leste do país, onde o campesinato livre está mais desenvolvido, porque a escravatura aí é menos extensa, os espanhóis menos numerosos, o sector comercial menos florescente que em Havana e as camadas dominantes menos submetidas à influência do poder colonial. Os representantes da grande burguesia que tomam a iniciativa da sublevação, com Carlos Manuel de Céspedes, encontram por esse motivo a seu lado homens de origem mais modesta como o jovem advogado Ignácio Agramonte, o exilado dominicano Máximo Gomez e o pequeno proprietário mestiço António Maceo, os quais estão decididos a dar ao seu combate um significado, sem dúvida radical, que se traduz pela abolição da escravatura sem indemnização quando da Assembleia de Guaimaro, em 26 de Fevereiro de 1869.

Perante a repressão espanhola, aplicada de maneira sistemática pelo conde de Valmaseda, os «mambis» conduzem então uma luta de guerrilhas frequentemente vitoriosa, embora as fraquezas e as contradições políticas dos seus dirigentes excluíssem êxitos mais decisivos. O general Martinez Campos, restaurador da monarquia em Espanha e vencedor dos carlistas, está em boas condições para levar os chefes civis a assinar o pacto de Zanjon mediante a promessa de algumas liberdades, da amnistia para os combatentes e a emancipação dos escravos que pegaram em armas.

O fracasso é mais político que militar, mas não é o bastante para desencorajar os heróis da liberdade, cuja luta, a independência de Cuba, se irá identificar com a da justiça social.

A ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA DE JOSÉ MARTI

Vem, então, a etapa a que José Marti chamou a do «repouso turbulento». Durante esta pausa relativa que se segue ao pacto de Zanjon, os patriotas exilados como Máximo Gomez e o próprio Marti não cessam de preparar as condições de um recomeço da luta pela libertação do país, o que virá a acontecer em 1895.

Até esta altura tudo tinha evoluído consideravelmente: a produção açucareira concentra-se graças à substituição dos velhos «ingenios» por «centrais» e à penetração de capitais norte-americanos; a escravatura é abolida em 1880 e forma-se um proletariado rural. Os primeiros ataques da política imperialista norte-americana começam neste último decénio do século XIX a fazerem sentir os seus efeitos.

O êxito da luta pela independência vai depender mais do que nunca da adesão do povo e da firmeza dos patriotas.

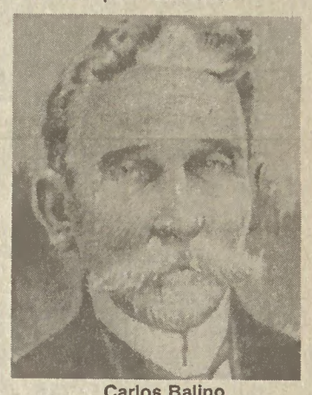
O imenso mérito de José Marti, chefe do Partido Revolucionário Cubano, é justamente o ter sabido preparar convenientemente a actividade de guerrilha a par de uma política sem fraquezas com base na palavra de ordem unitária: «Com todos e pelo bem de todos».

Em 10 de Abril de 1892, na cidade de Tampa, emigrados cubanos e porto-riquenhos, quadros do Partido e militantes responsáveis proclamam as bases definitivas do PRC, em cujos estatutos se podia ler a dado passo: « O Partido Revolucionário Cubano constituiu-se para lograr, com os esforços reunidos de todos os homens de boa vontade, a independência de Cuba e fomentar e auxiliar a de Porto Rico».

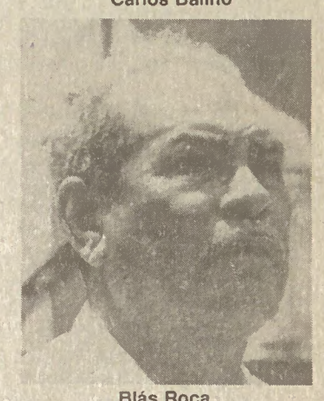
Após a explosão do couraçado «Maine», em visita de cortesia ao porto de Havana (pretexto para um ultimato) seguida de uma curta guerra (duas vitórias esmagadoras dos Estados Unidos) a Espanha capitula. Segue-se o tratado de paz, assinado exclusivamente pelos Estados Unidos e pela Espanha, e a ilha fica sob a administração provisória de um governador militar americano assistido por uma força de ocupação que ficará em Cuba cerca de quatro anos.

Com esta ocupação, os Estados Unidos impõem à Constituição Cubana a famosa «emenda Platt» instituindo um controlo do governo americano sobre a política externa de Cuba, limitando o direito dos cubanos de contraírem empréstimos externos, permitindo aos americanos intervir na ilha a pretexto de «proteger as vidas, os bens e as liberdades dos seus concidadãos». A emenda dá também aos Estados Unidos o direito de estabelecerem uma base naval em Guantanamo.

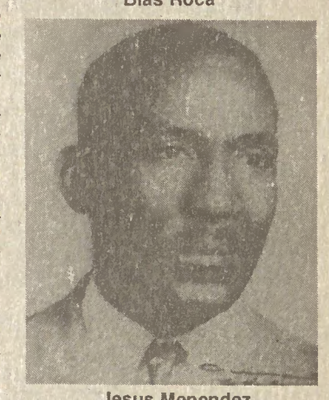
Um longo trabalho de propaganda, de recolha de fundos e armas, o estudo cuidadoso dos diversos planos e a preparação ideológica, veio a culminar com o apelo à insurreição em 24 de Fevereiro de 1895 apesar de um grande revés: a decisão do governo imperialista norte-americano de apreender um lote de armas reunidas por José Marti num porto da Florida.



Carlos Balino



Blás Roca



Jesus Menendez

O primeiro-secretário do Comité Central do Partido Comunista Cubano, Fidel Castro, ao referir-se ao fundador do PRC, em 10 de Outubro de 1968, afirmou que «foi sem dúvida o mais genial e o mais universal dos político cubanos».

Actualmente, os cubanos vêem nas ideias martinianas a representação de uma das correntes fundamentais do pensamento revolucionário do país, sempre inseridas nos fenómenos sociais e políticos da sociedade socialista.

A guerra recomeçou. Mas em 19 de Maio José Marti cai à frente da «primeira carga». A Revolução perde com ele o único homem capaz, pelo seu prestígio e firmeza, de a manter até ao fim numa linha que já vinha sendo fixada. O exército dos «mambis» consegue, no entanto, alcançar sucessos ainda mais brilhantes que os da Guerra dos Dez Anos. Sob o comando de António Maceo, a luta chega até à extremidade ocidental da ilha. Mesmo depois da morte do chefe, surpreendido por uma coluna espanhola, Máximo Gomez sabe manobrar com habilidade suficiente, para manter a campanha, apesar da violenta repressão do general espanhol Weyler, o homem dos campos de concentração.

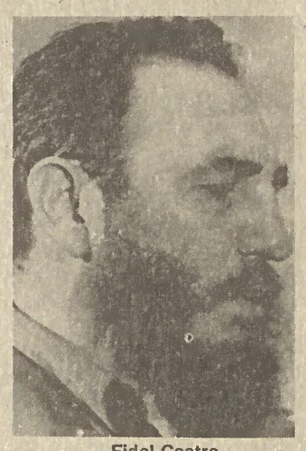
Os crimes das tropas de Weyler vão aliás servir de pretexto ao presidente dos Estados Unidos, Mckinley, para intervir diplomaticamente junto de Espanha.

A partir deste momento, os monopólios norte-americanos começam a incrementar o seu controlo sobre o mercado e os recursos naturais do país, atingindo em 1898 investimentos na ordem dos 50 milhões de dólares, aumentando esta quantia para 160 milhões, para mais tarde (1927) alcançar 450 milhões.

Em 1959 Cuba detinha o segundo lugar, depois da Venezuela, no âmbito dos investimentos norte-americanos na América Latina, com um total de 955 milhões de dólares.

Júlio António Mella

Lazaro Peña



Fidel Castro

O PRIMEIRO PARTIDO COMUNISTA CUBANO SÍMBOLO DA LUTA REVOLUCIONÁRIA CONTRA O IMPERIALISMO

«Tanto pela sua posição e carácter como pela sua actividade, este Agrupamento Comunista veio a ser o núcleo em torno do qual se foi formando a primeira vanguarda marxista-leninista da classe operária cubana», palavras de Grobart ao avaliar o significado histórico do Agrupamento Comunista de Havana, fundado em 18 de Março de 1923, por Balino, e ao qual se juntaram alguns revolucionários, impulsionadores do movimento popular.

Em Julho de 1925 foi convocado o Congresso de Fundação do Partido Comunista de Cuba, para os dias 16 e 17 de Agosto daquele ano e à frente do qual apareceram Carlos Balino e Júlio António Mella.

Em Agosto de 1975, o secretário-geral do Partido Comunista Cubano, Fidel Castro, referia-se nos seguintes termos à personalidade de António Mella: «... desde o primeiro instante apareceu como um extraordinário combatente revolucionário. Iniciou na nossa velha Universidade a Reforma Universitária, vinculou os estudantes aos operários, organizou o primeiro congresso da juventude estudantil, fundou a Universidade José Marti...».

Depois da formação do PCC, o governo de Gerardo Machado, que na atrocidade dos seus crimes só foi ultrapassado pelo de Fulgêncio Baptista, no prosseguimento da sua política repressiva comandada pelos Estados Unidos, decidiu eliminar o Partido, que irá desenvolver, na clandestinidade, os fundamentos do marxismo-leninismo no seio do proletariado cubano.

As autoridades do governo reaccionário de Machado impediram imediatamente a inscrição do PCC no Registo das Associações e a polícia prendeu o recém-eleito secretário-geral da 1.ª Organização, José Miguel Pérez que acabou por ser expulso do país. Posteriormente, Júlio António Mella foi encarcerado, sendo mais tarde assassinado no México, para onde tinha sido deportado, pelas autoridades policiais.

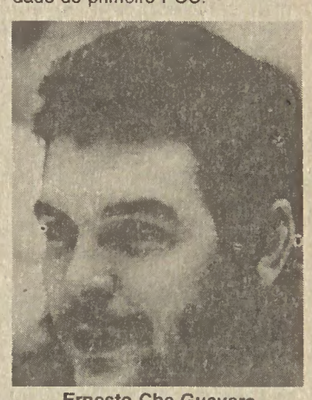
O resto da direcção partidária foi submetida a um processo judicial em que o próprio Balino, já com 77 anos de idade, esteve incluído.

Ao mesmo tempo os meios de propaganda nacional foram injectando nas populações uma sistemática campanha contra o PCC, o qual nunca perdeu dentro das massas laboriosas a representatividade capaz de conduzir o povo para a Revolução e para a liberdade.

A DÉCADA DE TRINTA: UM DOS PERÍODOS MAIS VIOLENTOS DA HISTÓRIA CUBANA

«... Apesar de todas as perseguições, o Partido recém-fundado manteve-se. E não só se manteve, mas cresceu e se desenvolveu através da luta. Por cada militante caído, outros em quantidade maior vieram ocupar as suas filas», escreveu Blas Rosa, membro do CC do PCC, quando se referia à década de trinta, um dos períodos mais violentos da história cubana, em que comunistas são afastados das organizações sociais, se necessário, pelo crime.

«... Esse primeiro Partido Comunista desempenhou um papel fundamental na greve geral de Agosto de 1933. Esse partido, dirigido por outro jovem extraordinário – Rubén Martinez Villena – participa activamente na luta contra Machado. Numerosos militantes comunistas foram assassinados e outros desapareceram...», afirmações de Fidel Castro relacionadas com a actividade do primeiro PCC.



Ernesto Che Guevara

Ernesto Che Guevara, uma das mais destacadas figuras do processo revolucionário cubano, analisou assim, em Junho de 1960, as causas que conduziram à derrota daquele heterogéneo movimento: «Não quer repetir esta Revolução os horrores da década de trinta, liquidar simplesmente um homem sem se dar conta que esse homem é a representação de uma classe e de um estado de coisas...».

A década de trinta ficou, pois, marcada pela perseguição e pela tensão, englobadas num clima de agitação política com a qual o imperialismo viria a beneficiar em larga escala.

A Segunda Guerra Mundial encarregou-se de modificar transitoriamente o tenso ambiente em que se vivia tanto nos campos como nos centros urbanos. Em Setembro de 1938 foi legalizado o Partido Comunista, depois de treze anos de vida clandestina, seguindo-se uma intensa actividade política em que os comunistas cubanos fomentaram energicamente as organizações sindicais, defensoras do proletariado cubano sujeito a uma ditadura imperialista que desde há muito tempo vinha arrastar o país e os seus habitantes para a miséria.

Um ano depois é formada a Confederação dos Trabalhadores de Cuba, chefiada por Lázaro Pena, membro do PCC, e é feita a fusão do Partido com a União Revolucionária, do que resulta o Partido de União Revolucionária Comunista (PURC).

Em 1940 reúne-se a Assembleia Constituinte que, através da presença considerável de elementos do PURC, elabora e promulga uma Constituição democrática e progressista. Associado a este facto liga-se uma modificação na política externa que iria, através dos acontecimentos relacionados com a Segunda Guerra Mundial, estabelecer relações diplomáticas com a URSS.

Concluída a guerra, a política repressiva e as perseguições voltaram a reinar em Cuba. Comunistas e outros revolucionários, agora agrupados no Partido Socialista Popular (PSP), começam a sofrer as primeiras baixas, designadamente, «a de Jesus Menéndez (1948), prestigioso dirigente sindical dos trabalhadores do açúcar e membro da direcção nacional do PSP, assassinado pelas forças reaccionárias ao serviço do imperialismo americano. Na sequência das medidas tendentes ao aniquilamento desta organização progressista, o periódico «Hoy» e a emissora de radiofusão Mil Diez, foram extintos e selados.

O REINÍCIO DA LUTA ARMADA E A PRIMEIRA OFENSIVA DA REVOLUÇÃO

É com a classe operária dividida e a decepção generalizada perante as taras da República dependente que, em 10 de Março de 1952, alguns meses antes da data das eleições, Fulgêncio Baptista pode, sem encontrar oposição, retomar o poder por meio de um novo golpe de Estado militar. Face a esta situação iniciou-se o último capítulo do movimento de oposição aos governos instaurados desde 1902, ao mesmo tempo que os barcos americanos e o exército de ocupação se preparavam para viajar até Cuba.

Que solução, senão revolucionária, poderá satisfazer e ir ao encontro dos anseios de um povo torturado pela feroz garra do imperialismo e por anos consequentes de instabilidade, ditadura e miséria?

Em 26 de Julho de 1953, ano comemorativo do centenário do nascimento de José Marti, uma centena de jovens guiados pelos ideais da independência nacional e pela liberdade, a maioria deles militantes do Partido do Povo Cubano (fundado em 1947), tentam o assalto a Moncada.

São comandados por um advogado de 27 anos de idade, Fidel Castro, já conhecido pela sua participação e actividade nas lutas dos estudantes contra as instituições impostas pelos governos fantoches. O ataque redundou em fracasso, veio a originar uma vasta onda de repressão que iria abalar todo o país mas foi sem dúvida, uma rica fonte de experiência e de ensinamentos que viriam a ser devidamente aproveitados.

O impacto político que veio a causar, principalmente, com a divulgação do projecto político dos insurrectos graças à difusão da teoria apresentada por Fidel em «A História me absolverá», marcou o princípio de um novo processo e de uma nova caminhada que conduziria à vitória das forças revolucionárias sobre o imperialismo e respectivos lacaios.

A REVOLUÇÃO NO PODER

Amnistiado em Maio de 1955 graças a um vasto movimento de opinião e uma solidariedade das forças revolucionárias de todo o Mundo, Fidel Castro organiza no México uma expedição que irá desembarcar em 2 de Dezembro de 1956 na costa sul da província de Oriente, mas, quase inteiramente massacrada pela aviação e pelo exército de Baptista, só um punhado de combatentes pode atingir a Sierra Maestra para aí começar uma luta de guerrilhas.

José António Echeverria

Esses homens desenvolverão primeiro a sua influência sobre os camponeses oprimidos da região e depois, à medida dos seus êxitos, alargam a sua audiência à totalidade do país enquanto fracassam o golpe de mão tentado em 13 de Março de 1957 pelo Directório Revolucionário de José António Echevarria contra o palácio presidencial e a sublevação dos oficiais da base naval de Cienfuegos, em 5 de Setembro do mesmo ano.

O grande movimento de união realizado em torno dos combatentes da Sierra Maestra a partir de Abril de 1958, o alargamento da luta armada pela constituição da Segunda Frente Oriental sob o comando de Raul Castro na grande ofensiva das tropas da ditadura em Maio e Junho e o seu contra-ataque vitorioso em Julho e Agosto, depois o avanço para leste das colunas de Camilo Cienfuegos e de Che Guevara, que conseguiu apoderar-se, em 31 de Dezembro, da cidade de Santa Clara, definem por completo a situação em favor das forças revolucionárias. A demissão de Baptista e uma greve geral desencadeada por todas as organizações do trabalho originaram imediatamente uma reacção do governo americano, que ainda tentou, através da respectiva embaixada, colocar no poder uma equipa de políticos reaccionários, manobra esta que fracassou por completo. A Revolução triunfara!

Vencida a ditadura, o governo revolucionário apoiado no exército rebelde e nos trabalhadores destruiu rapidamente o aparelho de Estado, afirma claramente os seus intentos de independência nacional perante os Estados Unidos, promulga em 17 de Maio de 1959 uma reforma agrária radical, começa a desenvolver uma política externa independente encetando relações para a cooperação económica, social e cultural com os países socialistas, põe termo ao monopólio americano sobre o comércio externo de Cuba e nacionaliza finalmente, em Agosto de 1960, as empresas norte-americanas e as da burguesia que passou para a contra-revolução.

A via traçada para o Socialismo será solenemente anunciada em 17 de Abril de 1961 na própria véspera do desembarque da Baía dos Porcos.

Depois, Cuba foi obrigada a consagrar durante anos consecutivos muitos esforços e sacrifícios na defesa contra as agressões imperialistas norte-americanas: a invasão mercenária de Playa Giron, as ameaças mais graves que conduziram em Outubro de 1962 à crise dos mísseis, os bandos contra-revolucionários de Escambray, as sabotagens económicas e as numerosas calúnias e especulações movidas pela burguesia internacional.

CUBA, A ILHA DA LIBERDADE

Marco fundamental na consolidação da vanguarda marxista-leninista, o I Congresso do Partido Comunista Cubano é uma etapa decisiva na construção do socialismo

Nestes dias de Dezembro, Havana, capital de Cuba livre e socialista, tornou-se também no centro do movimento comunista internacional. Grande parte dos mais destacados dirigentes dos países socialistas e dos partidos comunistas e operários de todo o mundo encontram-se nesta cidade para participarem, como convidados, nos trabalhos do I Congresso do Partido Comunista Cubano.

São 86 as delegações de partidos comunistas e outras organizações políticas da América Latina, África, Ásia, Europa e América do Norte. Nessas delegações estão incluídos homens como Mikaill Suslov, membro do «bureau» político e Secretário do CC do PC da União Soviética, Todor Jivkov, primeiro-secretário do CC do Partido Comunista da Bulgária, Henryk Jablomski, membro do «bureau» político do Partido Operário Unificado Polaco e Presidente do Conselho de Estado, Nguyen Giap, do «bureau» político do Partido dos Trabalhadores do Vietname, Luis Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Rodney Arismendy, secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai, Volodia Teitelboim, do CC do Partido Comunista do Chile, e muitos outros.

Nomes prestigiosos de comunistas e revolucionários, uns pertencentes a povos que já entraram decididamente na construção do socialismo a caminho da sociedade comunista, outros lutando ainda nas duras condições de clandestinidade pela libertação do fascismo e do imperialismo.

Igualmente numerosa é a presença de delegações de movimentos de libertação, assim como de partidos africanos, entre os quais os dos países que se libertaram do jugo colonial português e em relação aos quais a solidariedade do povo cubano foi sempre muito forte e activa.

SOLIDARIEDADE PARA COM O PCP E A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

O Partido Comunista Português está representado por uma delegação chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, e da qual fazem igualmente parte os camaradas Angelo Veloso, do Comité Central, e José Pedro Soares, membro suplente do CC e membro do CC da União da Juventude Comunista.

A delegação portuguesa chegou a Havana na passada segunda-feira de manhã, sendo recebida no aeroporto José Marti pelos camaradas Guillermo Garcia Frias, do «bureau» político do CC do PCC, Raul Garcia Pelaez, do secretariado do CC, Jesus Montane Oropesa, do Comité Central, Eloy Valdes, chefe da secção da Europa Ocidental do Departamento de Relações Exteriores, e outros funcionários do Comité Central.

Presente, igualmente, no aeroporto o embaixador de Portugal em Cuba, José Fernandes Fafe.

No dia seguinte ao da chegada, a delegação portuguesa visitou a secção de Havana do Instituto Nacional de Reforma Agrária, onde se inteirou dos grandes passos dados em Cuba na construção de uma agricultura ao serviço dos trabalhadores da terra e de todo o povo.

Seguiu-se a visita a uma grande central tabaqueira, a fábrica de Patagazos, na qual o camarada Álvaro Cunhal foi convidado a falar com os operários, com os quais dialogou acerca da situação no nosso país, salientando ao mesmo tempo a rica experiência que a Revolução Cubana constitui para o processo revolucionário em Portugal.

O camarada Álvaro Cunhal, entretanto, estará presente num comício a realizar, amanhã, no Centro Piscatório de Havana, onde falará aos operários.

Em todos os contactos com os trabalhadores cubanos, a delegação portuguesa tem sido alvo de significativas provas de carinho e amizade para com o PCP e a revolução portuguesa, baseadas num conhecimento profundo sobre a evolução política no nosso país.

Outros testemunhos desta atitude do povo cubano tivemo-los na noite de terça-feira, no decorrer da inauguração da exposição «Êxitos da Revolução», a que estiveram presentes os participantes no Congresso, as delegações estrangeiras e muitos jornalistas. Dezenas de congressistas, reconhecendo o camarada Álvaro Cunhal, quiseram manifestar, pessoalmente, o seu apreço e solidariedade para com o nosso Partido. O mesmo

do enviado especial do «Avante!» Fernando Correia

sucedeu com numerosos membros de delegações estrangeiras e jornalistas, os quais, em plena visita, não deixaram de registar as opiniões do camarada Álvaro Cunhal sobre a Revolução portuguesa.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

As sessões do Congresso, que se prolongarão até ao dia 22, iniciaram-se ontem no Teatro Carlos Marx com um extenso e completo relatório apresentado pelo camarada Fidel Castro, primeiro-secretário do PCC e presidente do Conselho de Ministros, mas mais importante do que ser uma abertura é o facto de ser o ponto culminante de todo um trabalho de massas e de participação popular, com início em 16 de Abril deste ano, data em que os organismos do Partido nos seus diversos níveis realizaram assembleias de balanço, de renovação e ratificação dos mandatos.

Durante estes meses, as teses que agora irão ser aprovadas em definitivo foram amplamente discutidas no interior do Partido e das organizações políticas de massas, tendo sido apresentadas sugestões que os congressistas analisarão.

Contudo, a influência do Congresso na vida do povo cubano está longe de se reduzir apenas ao aspecto político, com efeito, durante 1975, apelidado significativamente, «Ano do Primeiro Congresso», pode dizer-se que todas as actividades do país foram realizadas sobre a égide deste acontecimento, por todos considerado como o acontecimento nacional mais importante desde a queda da ditadura em 1 de Janeiro de 1959.

Tem especial significado, pelo que reflecte quanto à unidade de pensamento e acção de todos os cubanos no seu desejo de construir um socialismo, as jornadas de trabalho voluntário e de emulação que se realizaram com o maior êxito e que também nestes dias atinge o seu ponto culminante.

Na cidade e no campo, na indústria e na agricultura, a classe operária cubana pretende, nestes momentos mais do que nunca, permanecer fiel à sua luta histórica pela independência e pelo progresso, com um processo de desenvolvimento acelerado nomeadamente nos últimos 17 anos de sacrifícios e esforços em todos os sectores de actividades.

Nos portos, por exemplo, os trabalhadores realizam uma «jornada de esforço supremo» iniciada na segunda-feira e que se prolongará até ao dia 22, cujo objectivo é ultrapassar todos os recordes de eficiência e rapidez na carga e descarga de mercadorias. No próximo dia 21, denominado «Domingo Vermelho», brigadas de voluntários irão tentar estabelecer níveis mais altos de produção. A consigna geral desta jornada é: «Vamos transformar os dias da celebração do nosso Congresso do Partido nos mais produtivos da nossa história.»

Nos campos, o mesmo objectivo anima os que este ano participam no corte da cana de açúcar. A sua saudação ao Congresso, a sua maneira de nele colaborar será, durante estes dias, desenvolver um esforço suplementar no sentido de ultrapassar a quantidade da colheita de matéria-prima destinada à indústria transformadora.

INICIATIVAS CULTURAIS

As vésperas do início do Congresso foram assinaladas por outras iniciativas de grande significado. É o caso, por exemplo, da inauguração da exposição dedicada à agropecuária durante a Revolução que integra vinte e nove pavilhões e é bem o indício de *tudo* o que o povo cubano já *ganhou* ao seguir pelos caminhos que o hão-de conduzir à sociedade comunista.

São de destacar no aspecto cultural, dois importantes espectáculos, cuja estreia foi programada especialmente para esta época.

Um, é a peça «A Tragédia Optimista», da autoria do dramaturgo soviético V. Vishmievsky e que narra as peripécias sofridas por uma comissária política enviada a bordo de um navio de guerra a fim de trabalhar junto da guarnição. Os actores pertencem ao grupo de Teatro Político Bertolt Brecht e integram, também, estudantes de teatro e membros das Forças Armadas.

A actualidade da obra foi dada pelo encenador soviético Manajov que, no final, introduziu palavras de Fidel Castro adaptadas ao enredo.

O outro espectáculo é o filme «Mella» nome de um dos fundadores do Partido Comunista de Cuba em 1925, e que narra a evolução ideológica e a prática política daquele dirigente, um dos heróis do povo cubano, considerado como uma das figuras que realizou a ligação entre o pensamento de José Marti e Fidel Castro, entre os patriotas que lutaram contra o colonialismo espanhol e os que lutaram contra o imperialismo americano e seus lacaios cubanos.

A personagem de Julio António Mella é interpretada pelo célebre actor Sérgio Corrieri, director do Grupo de Teatro Escambray e delegado eleito ao Congresso, enquanto que a produção é da responsabilidade do Instituto Cubano de Artes e Indústrias Cinematográficas.

A FESTA DA ILHA DA LIBERDADE

Com estas palavras — «A Festa da Ilha da Liberdade» — um semanário soviético caracterizou o ambiente que actualmente se vive em Cuba. E trata-se com efeito de uma festa. Estes dias altos da sua História, marco fundamental na consolidação da sua vanguarda marxista-leninista e etapa decisiva na construção do socialismo são vividos pelo povo cubano com a alegria e o entusiasmo de quem caminha com passos seguros por onde e para onde quer.

Alegria e entusiasmo esses que, aplicados em muitas centenas de horas de trabalho voluntário, transformaram nos últimos meses a cidade onde se realiza o Congresso num quadro colorido e atractivo, concretizando aquela que é considerada a mais gigantesca operação de embelezamento de sempre.

Nas ruas, bandeiras vermelhas e nacionais, os grandes painéis com frases revolucionárias. No interior do Teatro Carlos Marx, o debate e a análise, a troca de experiências e de ideias.

Nestes dias de Dezembro de 1975, Havana, além de capital da Cuba livre e socialista, além de centro do movimento comunista internacional, é igualmente o símbolo de quanto pode a unidade do povo quando este decide tomar com firmeza o futuro nas suas mãos e caminhar para o termo definitivo da exploração, da miséria e da injustiça — o socialismo.